

ISSN 1809-4694

CADERNOS TEMÁTICOS

Dezembro de 2005 - nº 7



Expediente

Conselho editorial

Ivone Maria Elias Moreyra, Patrícia Barcelos,
Solange Moreira Corrêa, Sonia Ana C. Leszczynski

Coordenação editorial

Cinara Barbosa

Produção Executiva

Cinara Barbosa e Sandra Branchine

Reportagens e Fotografias

Rodrigo Farhat

Revisão

Lunde Braghini

Impressão e Projeto Gráfico

Gráfica e Editora Qualidade

Impresso no Brasil

A exatidão das informações, os conceitos e opiniões emitidos nos artigos científicos e nos resumos estendidos são de exclusiva responsabilidade dos autores

2006 Ministério da Educação

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte

Série Cadernos Temáticos

Tiragem: 5.000 exemplares

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, bloco L, 4º andar

70047-900 – Brasília/DF

Tel: (61) 2104-8127/9526

Fax: (61) 2104-9744

setec@mec.gov.br

www.mec.gov.br

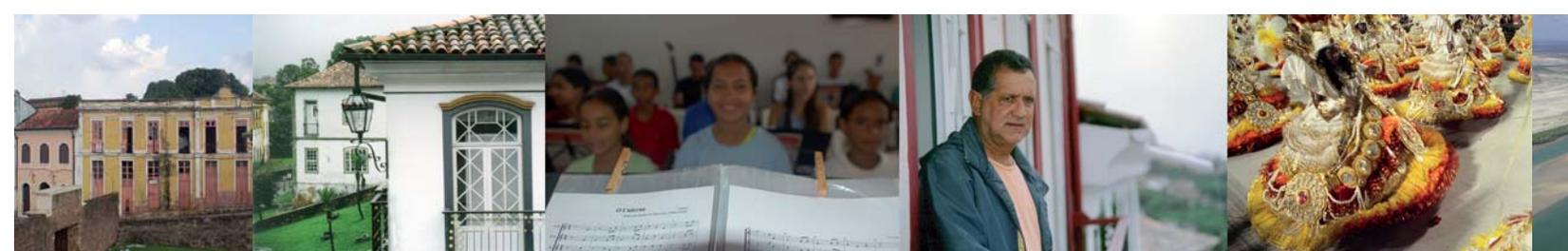
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

Cadernos temáticos / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. -
N. 7, (Dez. 2005). - Brasília : Secretaria de Educação Profissional
e Tecnológica, 2004-.

1. Educação Profissional. 2. Práticas Educativas. 3. Prática Pedagógica.
4. Experiências Pedagógicas.

CDU 377





Sumário

Apresentação 7

Editorial 9

Reportagens

- Do Jardim Vitória para o mundo 10
- Cefet Química transforma em samba vida de 140 jovens 14
- Entre trilhas, cavalos e livros 17
- Rede formará profissional para preservar patrimônio 20

Artigos

- Alternativas de Desenvolvimento
Local Integrado e Sustentável. 25
Adriana Mariano de Brito, Antoninho Caron e Décio Estevão do Nascimento
- Uma Proposta de Hotel-Escola 31
Pedro Laurentino Pinheiro dos Santos e Biagio Mauricio Avena
- Parques Nacionais:
Elementos para um Turismo Desejável. 38
Clarinda Aparecida da Silva
- Turismo Responsável e Educação Profissional. 43
Ângela Faria Brognoli, Cláudia Hickenbick, Daniela de Carvalho Carrelas,
Fátima Regina Teixeira, Telma Pires Pacheco Amorim
- Necessidades Formativas do Técnico em Turismo. 53
Adriana Paula Quixabeira Rosa e Silva Oliveira Santos
- Turismo em Campos dos Goytacazes –
Uma Saída Econômica Ecologicamente Sustentável 55
Roberta de S. Ramalho
- Ecoturismo em Unidades de Conservação Urbanas no Recife 59
Anselmo César Vasconcelos Bezerra, Elba Maria Nogueira Ferraz e José Severino Bento da Silva





Resumos Estendidos, Relatos de Experiência e Práticas Pedagógicas

- Educação Ambiental e Turismo Cultural:
As Festas Religiosas Em Poconé.....63
Lina Márcia de Carvalho da Silva Pinto e Suíse Monteiro Leon Bordest

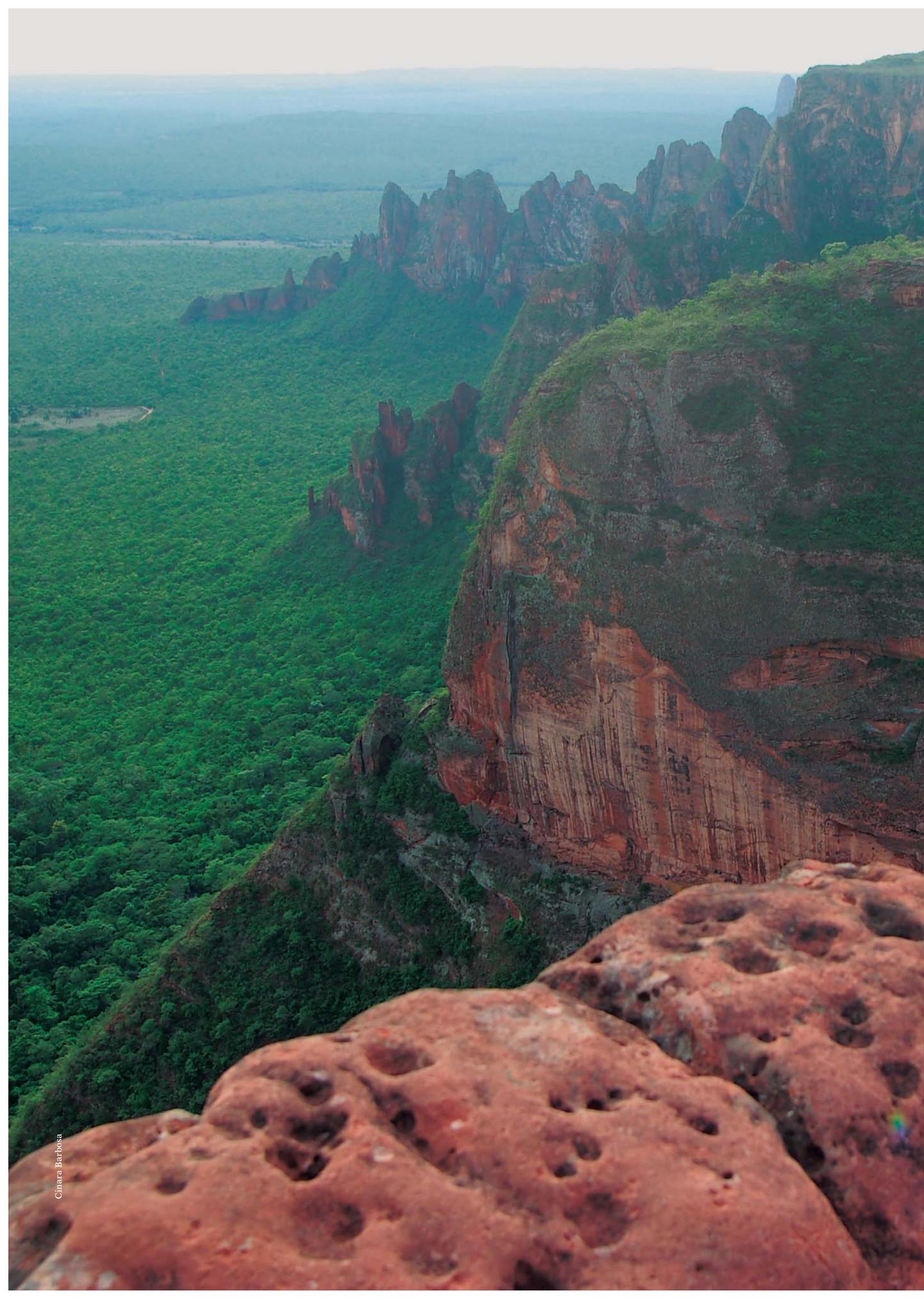
- A Construção de um Novo Território em Pipa:
de Pesqueiro à Turístico65
Maria Cristina Cavalcanti Araújo

- Desenvolvimento Local: O Turismo na
Vila de São Jorge e Parque Nacional Chapada dos Veadeiros66
Gisélia L Carvalho

- Diagnóstico Turístico do Município de Guamaré.....68
Ivanna Schenkel Fornari, Kátia Torres, Adilmar da Silva Trigueiro, Andressa Aryane, Figueiredo
Rego, Daniele do Nascimento Oliveira, Felipe Morais de Melo, Jairo de Souza Moura
e Luciane de Lira Teixeira

- Contatos**.....70

- Foco**.....72





APRESENTAÇÃO

Apresentação

Professor,

A equipe da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC produziu mais cinco volumes dos Cadernos Temáticos sobre a educação profissional. Neste número sobre turismo, a equipe de comunicação da Setec foi buscar em Belém, no Pará, em Boa Vista, a Roraima, e a Manaus, no Amazonas, para produzir matérias sobre os aspectos do trabalho realizado pelas escolas da rede federal de educação técnica e tecnológica.

Para relacionar uma parcela dos artigos publicados nesta edição, cito a proposta de hotel-escola, dos professores do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) da Bahia Pedro Laurentino Pinheiro dos Santos e Biagio Mauricio Avena, e o relato sobre o turismo desejável nos parques nacionais, de Clarinda Aparecida da Silva, do Cefet de Goiás. Cinco artigos referentes ao desenvolvimento turístico local foram selecionados, contemplando as festas religiosas em Poconé, no Mato Grosso; a Vila de São Jorge, em Goiás; Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro; e Pipa e Guamaré, no Rio Grande do Norte.

Em 2007, ano em que publicaremos os volumes de números 11 a 15 dos Cadernos Temáticos, a rede federal de educação técnica e tecnológica terá crescido 29%. O Brasil terá, então, em vez das atuais 144 escolas, 186 instituições formadoras. Mais experiências poderão ser certamente publicadas pela Setec para mostrar a diversidade da realidade brasileira.

A expansão da rede – ao lado do Proeja, que integra os ensinos médio e técnico para jovens e adultos, e da Escola de Fábrica, que capacita trabalhadores dentro das empresas – ampliará o número de vagas para formação de profissionais, fortalecerá municípios, estados e, principalmente, vocações regionais do país. Afinal, educação e trabalho são condições essenciais na formação das cidadanias participativas.

Boa leitura.

Eliezer Pacheco

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC



A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC tem o prazer de trazer ao público brasileiro mais cinco volumes dos Cadernos Temáticos sobre a educação profissional, no mesmo momento em que a Casa Civil da Presidência da República encaminha ao Congresso Nacional projeto de lei para a criação de escolas de formação profissional. Nessas publicações, reportagens, práticas pedagógicas e relatos de experiências mostram o fortalecimento da rede federal de educação técnica e tecnológica.

As novas instituições que estão sendo criadas pelo Governo Federal estão incluídas na primeira etapa do plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. A estratégia prevê, nos próximos dois anos, a criação de 33 unidades descentralizadas dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), de cinco escolas técnicas e de quatro agrotécnicas. O investimento do Governo Federal para implementação dessas instituições será de R\$ 57 milhões.

As escolas técnicas federais serão criadas nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Rondônia. As agrotécnicas serão instaladas em Brasília (DF), Marabá (PA), Nova Andradina (MS) e São Raimundo das Mangabeiras (MA) e as 33 unidades de ensino descentralizadas serão instaladas em 17 estados.

A escolha das localidades seguiu três critérios procurando atender unidades federadas sem instituição federal de educação profissional; regiões interioranas do território nacional; e periferias dos grandes centros urbanos.

A rede federal de educação tecnológica, que hoje tem 144 unidades de ensino, possuirá ao final de 2007 cerca de 186 unidades, com um crescimento de 29%. Em 2009, quando todos os novos cursos estiverem em funcionamento, estima-se que seja superada a marca de 300 mil matrículas nos cursos técnicos, superiores e de educação de jovens e adultos, exatamente no ano em que a rede completará um século. Em termos percentuais, o total de matrículas deverá ser ampliado em mais de 30% em relação aos números de 2006.

Parte da produção atual das escolas da rede está aqui, nas páginas desses cinco volumes dos Cadernos Temáticos.

Interdisciplinaridade



Do Jardim Vitória para o mundo

Projeto do Cefet/MT mescla música, inglês e cidadania

Gilberto é professor de física no Cefet, mas tem formação em música. Estudou com o regente Afrânio Lacerda e com o maestro Konrad Wimmer. Fundou e dirigiu os grupos Tronco e Acauã. Também criou os corais Canto Livre e Asa Branca de Santo Antônio.

Helen Luzi é professora de teoria musical, graduada pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Foi ainda flautista da Orquestra Sinfônica da UFMT.

Anderson Tito dos Anjos tem 18 anos e seu colega Aílton dos Anjos, 19. Além da juventude e do sobrenome, ambos têm em comum o fato de pertencerem à Orquestra de Flautas Pantanal, mantida pelo Instituto Cultural Flauta Mágica. A orquestra foi criada há oito anos por professores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (Cefet/MT), no Jardim Vitória, em Cuiabá.

Anderson está desde o começo no projeto e se envolveu tanto com a música que hoje é monitor da orquestra. Aílton é estudante do ensino médio do Cefet e não sabe se seguirá carreira na música, mas ela o faz se sentir renovado.

Tudo começou quando os professores Gilberto Mendes e Helen Luzi selecionaram 40 jovens do Jardim Vitória para criar uma orquestra de flautas com quatro naipes – soprano, contralto, tenor e baixo. Desejavam transformar a vida daqueles jovens da periferia de Cuiabá. Não sabiam que, anos depois, iriam ser coordenadores de um projeto interdisciplinar que concilia o ensino da música ao do inglês.

Horizontes – No começo, os instrumentos eram do Cefet, mas, em 2001, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) escolheu a experiência como exemplo no estado. A orquestra ganhou, então, um prêmio de R\$ 21 mil e Gilberto e Helen reestruturaram a orquestra. “Com o apoio do organismo internacional, compramos novos instrumentos e ampliamos nossas atividades, com aulas de coral e balé clássico”, diz Gilberto. Depois, novos convênios permitiram que eles adquirissem a sede, onde hoje ensaiam, e passassem a atender jovens de outros bairros da cidade.

“Havia aqui uma cultura da promiscuidade. A bandidagem da região, no início, não gostava que os jovens ensaiassem. Mas essa mentalidade se modificou com o tempo. Alguns deles, inclusive, passaram a fazer parte da orquestra e mudaram o temperamento. Deixaram a agressividade de lado e adquiriram disciplina”, diz o maestro, satisfeito em ter conseguido mostrar outros caminhos àqueles meninos e meninas.

Na orquestra, não se ensina somente a tocar flauta. “Ao fazê-lo – conta Gilberto – o jovem entra em contato com obras de grandes compositores e isso amplia seus horizontes, contribuindo para sua formação pessoal”. O trabalho em conjunto com outros garotos desenvolve, ainda, um senso de responsabilidade – “eles aprendem a conviver em sociedade e percebem que têm direitos e deveres” – e essa bagagem dá-lhes um diferencial na busca pelo primeiro emprego.

Anderson conta que sua vida se transformou. Se antes vivia com a bola nos pés e andava em companhias não muito boas, hoje, além de estudar, também ensina música para os alunos do projeto. Se seu colega Aílton ainda não sabe se estudará eletrônica ou eletrotécnica, de um fato tem certeza: o inglês será fundamental em sua carreira profissional.

Allonz y? Let´s go? Ou como todos foram parar na França

A experiência da Orquestra de Flautas Pantanal acabou sendo publicada no livro *Cultivando Vidas, Desarmando Violência*, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), com a divulgação do trabalho, começaram a surgir os convites para as apresentações. Os meninos e as meninas do Jardim Vitória foram tocar em São Paulo, em Minas Gerais e em outros estados do país. Em 2005, foram convidados a participar do 20º Encontro Internacional de Orquestras Infanto-juvenis, que ocorreu na cidade de Brive-la Gaillarde, na região de Bordeaux, na França.

Para comprar as passagens, Gilberto e Helen conseguiram um patrocínio do Ministério da Cultura. O dinheiro das diárias foi obtido na Secretaria de Estado de Cultura, no Conselho Estadual de Cultura e na iniciativa privada.

O encontro reuniu 30 orquestras. Os garotos do Jardim Vitória passaram 15 dias na França, dois dos quais em Paris. Se, por



Fotos: Cinara Barbosa

Weberson e Anderson acreditam que o inglês é fundamental





um lado, tudo correu bem na apresentação, por outro, a dificuldade para se fazerem compreendidos os fez chegar à conclusão de que falar uma língua estrangeira é essencial. Dos 30 grupos, somente os estudantes das escolas brasileira e chinesa não sabiam se comunicar em inglês.

O professor conta que todos até tinham recebido algumas noções de francês, mas entre os participantes, todos se comunicavam em inglês mesmo. Ele também relembra que o problema da língua não impediu que os alunos mais velhos paquerassem as meninas de outras delegações. Eles desconversam, mas os comentários no grupo é de que foram vistos aos beijos com as belgas. “Prova que a comunicação não verbal também funciona”, comenta a professora de inglês Míriam Ross.

Eles não ficaram na vontade e, seis meses depois, os professores do Cefet formaram uma turma de inglês para ensinar a língua aos jovens da Orquestra de Flautas do Pantanal.

Weberson de Almeida de Jesus, de 17 anos, que está há cinco anos no projeto, conta que “o aprendizado do inglês é essencial para se competir no mundo de trabalho”. Hoje, ele se emociona quando escuta uma música em inglês e reconhece uma palavra: “Quando não sei seu significado, procuro no dicionário e depois já quero descobrir outros e outros”.

Voluntariado – A Fundação dos Servidores do Cefet (Fundatec) comprou o material e os livros e também permitiu a criação de um horário alternativo das aulas de inglês, que passaram a ser ministradas voluntariamente pelas professoras do Cefet Idiomas Míriam Ross e Iraneide de Albuquerque. As aulas são oferecidas duas vezes por semana, às segundas e quartas-feiras, em horário alternativo, das 11h30 às 12h30, para os alunos da orquestra.

O coordenador de Transporte do Cefet de Mato Grosso, Gentil Caetano, também foi envolvido. É ele o responsável por levar e trazer as professoras para as aulas, durante seu horário de almoço.

A professora Míriam Ross diz que a experiência é positiva. “Os alunos ficaram sensibilizados pela experiência da viagem internacional e, por isso mesmo, são os maiores interessados no aprendizado. Ela diz que eles têm uma percepção diferenciada de quem vivenciou uma experiência no exterior e isso foi muito estimulante”, diz.

De acordo com Iraneide de Albuquerque, outro fato importante é a própria capacitação dos professores de música para o aprendizado: “Eles viram a importância de se comunicar em outro idioma e também começaram a estudar inglês”.



Iraneide e Míriam dizem que vivência no exterior valorizou o aprendizado

História – Estar naquele grupo, fez Weberson perceber que todos têm talento. Ele era um estudante bagunceiro e já tinham-no aconselhado a participar da orquestra. Na primeira vez, foi e não gostou. Ele conta que ficou assustado ao ver a partitura de música. Depois, quando ganhou um teclado do pai, procurou a orquestra para, aos poucos, ir aprendendo as notas e seus significados.



Como integrante do projeto, hoje ele está mais sensível às questões sociais e culturais do país no qual vive. Sente que tem opinião própria, entende e discute os fatos do cotidiano. Ao lembrar sua experiência na França, diz que sentiu vergonha quando viu que não entendia o que o grupo discutia. Mas, inclusive, passaram a fazer parte da orquestra e mudaram o temperamento. Deixaram a agressividade de lado e adquiriram disciplina”, diz o maestro, satisfeito em ter conseguido mostrar outros caminhos àqueles meninos e meninas.

Na orquestra, não se ensina somente a tocar flauta. “Ao fazê-lo – conta Gilberto – o jovem entra em contato com obras de grandes compositores e isso amplia seus horizontes, contribuindo para sua formação pessoal”. O trabalho em conjunto com outros garotos desenvolve, ainda, um senso de responsabilidade – “eles aprendem a conviver em sociedade e percebem que têm direitos e deveres” – e essa bagagem dá-lhes um diferencial na busca pelo primeiro emprego.

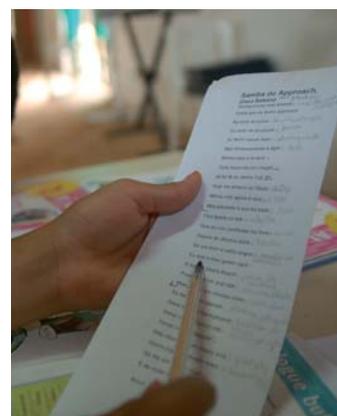
Anderson conta que sua vida se transformou. Se antes vivia com a bola nos pés e andava em companhias não muito boas, hoje, além de estudar, também ensina música para os alunos do projeto. Se seu colega Aílton ainda não sabe se estudará eletrônica ou eletrotécnica, de um fato tem certeza: o inglês será fundamental em sua carreira profissional.

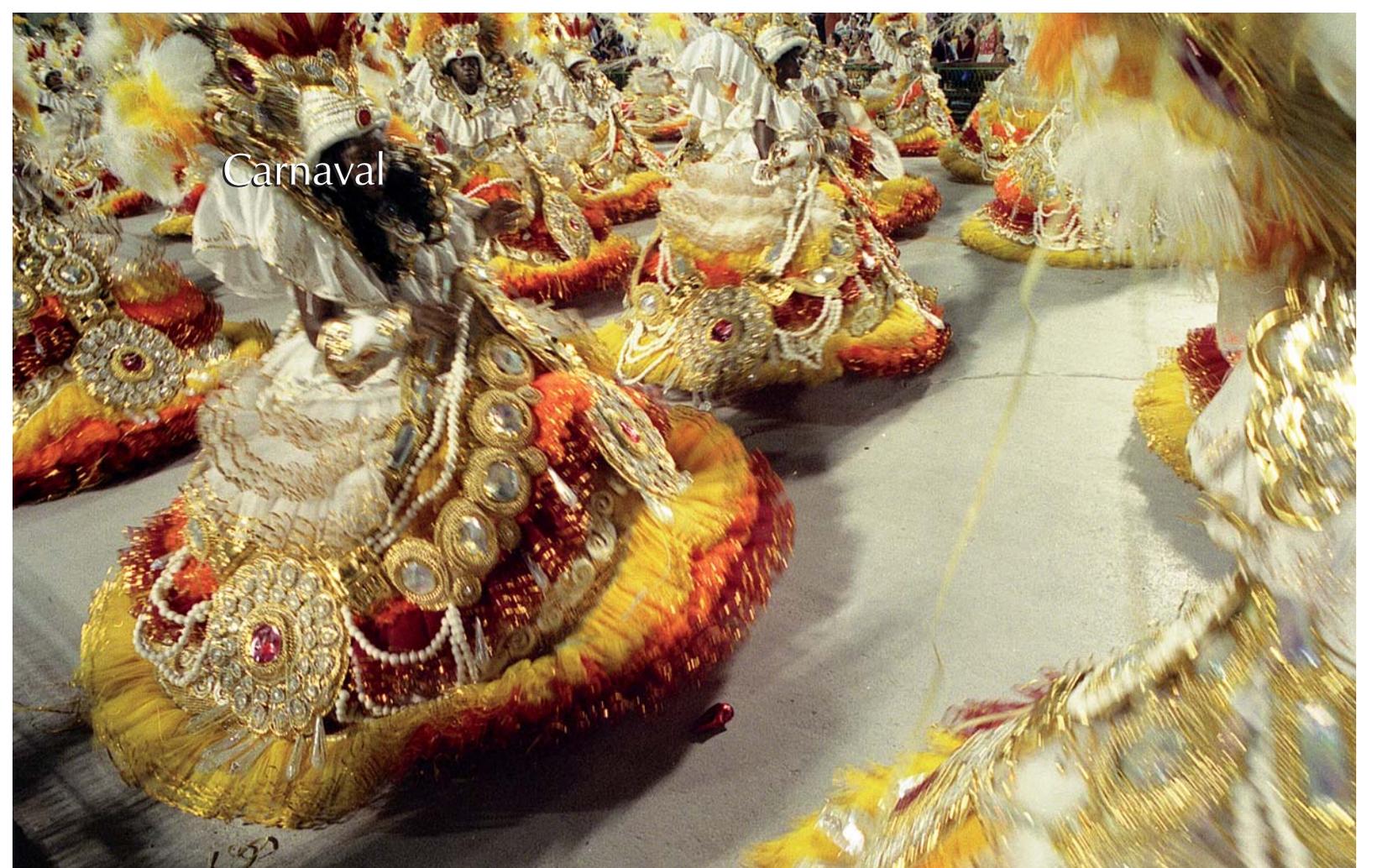
O reconhecimento

Depois de faturar prêmios importantes e fazer apresentações no Brasil e no Exterior, a Orquestra de Flauta do Pantanal foi conquistando o público e o reconhecimento. No final de 2005, recebeu R\$ 95 mil do projeto Criança Esperança e apresentou sua arte, ao vivo, pela televisão, para milhões de brasileiros.

Em 2003, foi premiado pela revista Ícaro com “O bom do Brasil” e, no ano seguinte, recebeu os prêmios Darcy Ribeiro, do Congresso Nacional, e Pantanal, do Governo do Estado do Mato Grosso.

Colaborou: Cinara Barbosa





Carnaval

Cefet Química transforma em samba vida de 140 jovens

Parceria com Beija-Flor permite oferta de 7 cursos de iniciação profissional

O Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Química de Nilópolis, parceiro do Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor no projeto Escola de Fábrica, está transformando a vida de 140 estudantes no Rio de Janeiro. O centro e o grêmio mantêm sete cursos de iniciação profissional relacionados ao carnaval: carpintaria, chapelaria, confecção de adereços, costura, escultura, pintura artística e serralheria.

A proposta da parceria entre o Cefet e a Beija-Flor no projeto é a de oferecer a esses alunos o suporte necessário para o ingresso num mercado promissor. Eles atuam nas “fábricas” do samba e formam uma nova categoria do mercado formal de trabalho.

Em todo o Brasil, foram investidos pelo MEC R\$ 25 milhões na execução do programa Escola de Fábrica no ano passado. Para 2006, a previsão é de mais R\$ 54 milhões. A meta é formar 40 mil jovens com renda per capita de até 1,5 salário mínimo até o final deste ano.

No projeto firmado entre o Cefet e a Beija-Flor, foram investidos R\$ 210 mil em 2005 – R\$ 30 mil para cada curso –, além de R\$ 126 mil em bolsas de estudos. Cada estudante recebe R\$ 150 mensais durante seis meses. A expectativa do Cefet Nilópolis para 2006 é que cinco cursos sejam criados, três para a indústria do carnaval – laminação e modelagem em fibra, logística de barracão e maquiagem – e dois, em parceria com o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Far-Manguinhos), na área da indústria farmacêutica.

Na fábrica da Beija-Flor, o futuro desses jovens está se transformando em realidade, acredita o diretor do Cefet, Luiz Edmundo Vargas de Aguiar, pois sua formação lhes garantirá a possibilidade de atuação em diferentes segmentos da indústria cultural, como por exemplo na confecção de cenários e figurinos para TV e teatro e produção de espetáculos, entre outros.

Para a estudante da rede estadual do município de Nilópolis, Cíntia Faria de Araújo, selecionada para o curso de iniciação profissional em serviços de costura, o programa servirá de base para a carreira de estilista. “Como quero mais tarde fazer a faculdade de moda, o curso vai me proporcionar uma primeira visão do meu futuro profissional.”

Atualmente, como esclarece Luiz Edmundo, o Cefet estuda a possibilidade de certificar os funcionários da escola de samba que atuam há, pelo menos, 20 anos na mesma linha de produção. Na mesma perspectiva de inclusão, analisa-se, ainda, a viabilidade de criar um curso destinado a jovens e adultos para atender esse segmento de trabalhadores.

O carnaval não começou no Brasil

As origens do carnaval remontam à antiguidade. Segundo a Wikipedia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/carnaval>), a festa profana, recuperada pelo cristianismo, começava no dia de Reis e acabava na Quarta-feira de cinzas, às vésperas da Quaresma. Eram festejos populares, cheios de ritos e costumes pagãos. Sua história tem raízes nos bacanais e festejos em Roma. Na cidade, havia a Saturnália, uma festa em que um carro com a forma de um navio abria caminho no meio da multidão mascarada.

Segundo alguns historiadores, a origem da palavra carnaval vem de *carrum navalis*, ou carro naval. Outros associam a palavra à expressão carne levar, ou afastar a carne. Segundo esses, seria o último momento de alegria e de festejos profanos antes da tristeza da Quaresma.

No Brasil, no final do século XVIII, havia o entrudo. Era uma batalha de água, tintas, frutos e papel, travada nas principais cidades do país. No término do século XIX, cordões, ranchos e blocos passam a tomar as ruas do Rio de Janeiro. Em 1899, Chiquinha Gonzaga compôs a primeira música para a festa – “Ô Abre Alas!” – feita para o cordão Rosas de Ouro. Já nessa época, os foliões iam para as ruas fantasiados.

Hoje em dia, em várias cidades brasileiras, as escolas de samba desfilam organizadamente, em um concurso que elege a melhor segundo quesitos técnicos e estéticos. Há, ainda, desfiles de blocos e bandas.



Fotos: André Vilaron



A indústria do carnaval gera milhares de empregos nos barracões das escolas de samba, na confecção dos carros alegóricos e de fantasias e adereços. Segundo estudos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, o carnaval gera cerca de R\$ 1 bilhão de receita. Além de receber cerca de 380 mil turistas – que deixam na cidade cerca de US\$ 200 milhões –, a indústria do carnaval no Rio ainda exporta R\$ 1 milhão de fantasias para outros estados e o exterior.

Programa também forma trabalhadores para a pesca

Os cursos oferecidos pelo Cefet Nilópolis estão identificados com os setores produtivos da região. Além dos programas relacionados ao carnaval, há outros, dirigidos ao setor pesqueiro. Dentre os 13 cursos, destacam-se os de produção de malacocultura, beneficiamento e comercialização do pescado, peixes e rãs, piscicultura, roteiros alternativos para o turismo pesqueiro, manutenção de motores a diesel e elétricos de embarcações, culinária litorânea, carpintaria e pintura naval. Estão se especializando nesses setores 260 estudantes das cidades de Parati, Cabo Frio e Cachoeira de Macacu.

O representante das unidades formadoras do Programa Escola de Fábrica no estado fluminense, Luiz Fernando Vieira, responsável pelos cursos de iniciação profissional no setor pesqueiro, disse que os cursos vão aumentar a oferta de trabalho na região. “O programa vai atender um setor responsável pela produção anual de 12 mil toneladas de peixe e geração de 9 mil empregos diretos e indiretos por ano.”

Pesca movimenta US\$ 140 bi por ano

O comércio de pescados, capturados ou cultivados, movimenta cerca de US\$ 140 bilhões por ano em todo o mundo. Os maiores produtores do mundo são o Japão, a China e o Peru, responsáveis por dois terços do abastecimento mundial de pescado.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a produção de pescado no mundo, em 2002, foi superior a 94 milhões de toneladas pela atividade extrativa e a mais 50 milhões pela aquacultura. Em 2010, segundo o organismo, serão produzidos entre 107 e 144 milhões de toneladas. O incremento virá, principalmente, da atividade da aquacultura.

A pesca sempre fez parte das culturas humanas, como modo de vida e também fonte de alimento. Os vikings, há mais de 1.000 anos, já comercializavam bacalhau seco entre o norte e o sul da Europa.



Colaborou: Marcos Fraga



Entre trilhas, cavalos e livros

Escola de Ceres investe no ecoturismo

Na Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAF Ceres), em Goiás, Leonir Fleury Lobo, de 19 anos, acompanha estudantes de 8 a 14 anos em passeios por trilhas ecológicas. Leonir é aluno do curso técnico de Meio Ambiente, criado há um ano, e monitor de um dos projetos de **ecoturismo** da escola.

“Tenho oportunidade de mostrar a essas crianças como é importante valorizar e preservar a natureza. Mais tarde, elas acabam se tornando multiplicadoras dessas idéias”, diz Leonir. Mais de mil alunos de escolas públicas da região já visitaram as duas trilhas abertas em outubro de 2005, na sede da escola.

O curso existe há um ano e, segundo o diretor de Desenvolvimento Educacional da EAF, Joarez Martins Rodrigues, foi criado no Centro-Oeste por ser uma região com inúmeras áreas a serem preservadas. Ele explica que, com a criação do curso, que dura um ano e meio, foram surgindo outras iniciativas para implantação de programas e projetos sustentáveis, relacionadas à equoterapia, ao viveiro, à agrofloresta e à sala verde. A proposta é desenvolver a educação ambiental e o ecoturismo não só para formar os alunos, mas também para a prática de atividades de extensão, dirigidas aos habitantes das

O ecoturismo possibilita utilizar, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural de uma região; incentivar sua conservação e buscar a formação de uma consciência ambientalista; é promover o bem estar das populações envolvidas. Segundo o Instituto Brasileira de Turismo (Embratur), 96 pólos de ecoturismo estão identificados no Brasil.



regiões vizinhas. “Assim, eles poderão dar mais valor aos inúmeros recursos naturais existentes na região”, diz Joarez.

Durante o curso, os alunos aprendem na prática como trabalhar com a recuperação de áreas degradadas, a identificar as espécies nativas do cerrado, a produzir mudas e participam, ainda, de projetos de educação ambiental.

Projetos servem à educação ambiental

Com a criação do curso técnico em Meio Ambiente, a escola passou a desenvolver diferentes projetos para conscientização ambiental, preservação e valorização do cerrado.

Pelo contato direto com a natureza, durante as trilhas, em matas nativas e áreas recuperadas existentes na escola, pessoas de diferentes setores da sociedade, principalmente das escolas públicas da região, podem aprender sobre o meio no qual vivem.

O projeto das trilhas ecológicas é desenvolvido pelos alunos da escola, com apoio e orientação dos alunos do curso de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília (UnB). As trilhas, que perfazem mais de 1,8 mil metros, possibilitam aos visitantes apreciar as belezas do local e a paisagem às margens do Rio Verde.

Há duas trilhas, a Curumim e a Ver o Rio. A primeira é um circuito de 300 metros, de baixo grau de dificuldade, localizada em uma mata seca com grande número de figueiras e sagüis. A segunda trilha tem 1,8 mil metros de comprimento e margeia o rio Verde. Possui vários pontos atrativos, como o encontro do córrego da Água Azul com o rio e a possibilidade de identificação de rastros de animais silvestres.

Outro projeto da escola de Ceres é a sala verde, criada para colocar à disposição da comunidade fitas de vídeo, livros e publicações do governo e de organizações não governamentais que atuam na área socioambiental. A proposta é contribuir para a formação de crianças, jovens e adultos e capacitá-los para serem agentes multiplicadores.

Terapia

O projeto de equoterapia, como explica o responsável pelo programa, André Luís de Melo, alia tratamento e educação. O cavalo é utilizado numa abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação. Assim, promove o desenvolvimento biopsicossocial e melhora corpo e mente dos praticantes.

“Atualmente, atendemos gratuitamente 25 pessoas portadoras de necessidades especiais. Trabalham conosco profissionais das áreas de saúde, educação e equitação”, diz o professor André. “Os resultados da terapia, supervisionada por fonoaudiólogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, são incríveis”, conta.

O monitor do projeto, Jonathan Renato de Brito, de 18 anos, é quem prepara as montarias. Ele cuida, escova e dá a ração aos animais. “A equoterapia é um estímulo à percepção dos deficientes, que perdem o medo rapidamente dos cavalos e acabam se tornando amigos dos bichos. Isso aumenta o equilíbrio e a con-

centração dos deficientes. E a nossa também”, explica Jonathan.

No viveiro, os técnicos da escola criam mudas para o plantio em torno de nascentes e a recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente. Em outra área, a equipe da EAF Ceres criou o jardim florestal – ou a agrofloresta. São cerca de 60 espécies, entre frutíferas, florestais, leguminosas cereais e medicinais, plantadas em sistema de consórcio.

De bem com a vida e a natureza

Assim como os estudantes que estão sendo formados pela EAF Ceres, a guia de turismo Natally Aparecida Carvalho Neves é um exemplo de quem gosta do que faz. Formada em Turismo pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Mato Grosso (Cefet/MT), trabalha enquanto cuida da natureza na Chapada dos Guimarães, num dos ecossistemas mais ricos e importantes do país, o pantanal mato-grossense.

A região tem inúmeros paredões de arenito vermelho-alaranjado, com canyons, cavernas e cachoeiras em meio à vegetação do cerrado.

Descendente dos índios bororo, ela tem 24 anos e frequenta a Chapada dos Guimarães desde 1999. A profissional, que ganha R\$ 60,00 por dia de trabalho, explica que, de acordo com as qualificações e especificidades do guia, o pagamento pode ser melhor. “Há passeios que exigem um guia bilíngüe ou com conhecimentos científicos específicos, como geografia, geologia ou botânica.

Para ser um guia turístico ecológico, sobretudo, é necessário jogo de cintura e conduta. “E também conhecimento”, diz Nathaly, que sabe mostrar, com precisão, todos os paus-santos, barbatimões, lixeiras, mangabas, azedinhas e canelas-de-ema que encontra pelo caminho. “O barbatimão é muito usado pelas mulheres para infecção; a azedinha, para os males do estômago; e a resina da canela-de-ema, em casos de picada de abelha”, explica.

Curso de Mato Grosso é modular

O Cefet/MT tem dois cursos na área de turismo e hospitalidade, um técnico integrado ao ensino médio e outro modular. O primeiro tem duração de quatro anos e centra-se, em cada período, nos fundamentos do turismo, na agência, na organização de eventos e no guia de turismo. O programa baseado em módulos tem três fases, voltadas às funções do consultor de viagens e turismo, do organizador de eventos e do guia de turismo regional de Mato Grosso.

A equipe de professores da escola já publicou dois livros sobre a área. No Manual do Guia de Turismo do Mato Grosso, de 2003, a professora Leila Cristina de Souza Cunha trata das referências teóricas e práticas da profissão. Já o Guia de Bordo dos Roteiros Turísticos do Mato Grosso é um banco de dados com informações sobre a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal.

Colaboraram: Sofia Gebrin e Cinara Barbosa



Natally gosta do que faz



O barbatimão é muito usado pelas mulheres para infecção

Conheça mais

Para saber mais detalhes das propostas da EAF Ceres, visite o portal da escola na Internet: www.eafce.gov.br. Outros contatos podem ser feitos por meio do endereço eletrônico eafce@eafce.gov.br ou do telefone (62) 3307-7160.

Rede formará profissional para preservar patrimônio

Curso inédito do Cefet Ouro Preto é multidisciplinar

“O futuro de Ouro Preto está no passado e enquanto o patrimônio da cidade for preservado, a cidade atrairá turistas”. A afirmação do comerciante Mauro Regino de Menezes, que vive em um casarão de 300 anos, no número 47 da Rua Cláudio Manoel, no centro histórico da cidade, revela a importância da preservação da cidade para a economia da região. Mostra ainda a relevância do curso superior de Tecnologia em Conservação e Restauração de Imóveis, que o Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto (Cefet/Ouro Preto) abriu no início de 2006.

O coordenador do curso, professor Ney Nolasco, diz que 35 vagas foram oferecidas aos candidatos no vestibular de março de 2005. Com 46 disciplinas obrigatórias e outras opcionais, como arqueologia, arquitetura de terra e elementos artísticos, o programa tem duração de três anos e aulas à noite.

“É um curso multidisciplinar, que envolve conceitos de história, engenharia, arquitetura e artes”, explica Ney. São 16 laboratórios, nas áreas de materiais de construção, solos, prática de obra, topografia, petrografia, fundição, química, fotografia e maquete eletrônica, que já estão prontos. Os de maquete física, restauração e conforto ambiental já possuem espa-

ço físico delimitado e serão equipados ainda este ano. A cidade de Ouro Preto, entretanto, com sua história de mais de 300 anos, e inúmeras obras de arte em igrejas e capelas, será o maior espaço de prática do curso.

Apesar de ainda não ter sido reconhecido pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), o curso atende à orientação do Ministério da Educação de criar programas curriculares direcionados às vocações regionais.

O professor Ney Nolasco lembra que a graduação na área é inédita, mas existem cursos de especialização nas universidades federais de Minas Gerais (UFMG), da Bahia (UFBA) e de Pernambuco (UFPE), entre outros.

O profissional formado na área trabalhará em conjunto com arquitetos e engenheiros na restauração de prédios e obras de valor histórico e artístico. O salário-base da categoria está estimado em torno de dez salários mínimos.

O professor Ney Nolasco diz que a colaboração direta de profissionais da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) e da Prefeitura de Ouro Preto foi essencial para a elaboração do programa do novo curso. E, obviamente, a mentalidade de gente como Mauro Regino de Menezes, que acredita que conseguir comprar a casa, restaurá-la e entregá-la ao mundo é uma felicidade. A reforma do casarão consumiu um ano e três meses de sua vida e custou R\$ 200 mil. Hoje, vale R\$ 1 milhão, mas não está à venda.

Projeto tem cinco etapas

A característica de um projeto de restauração é que ele somente termina com a obra, conta o coordenador do curso de Conservação e Manutenção de Imóveis do Cefet de Ouro Preto, Ney Nolasco. São cinco etapas distintas.

Primeiro, é preciso fazer um levantamento arquitetônico, seguido de um histórico e da identificação das patologias da construção. Nessa fase, deve-se observar o que está degradando e o que está degradado no prédio. A quarta fase é o estabelecimento de um conceito, que vai definir o que será excluído e o que será valorizado no projeto de preservação.

E, por fim, elabora-se o chamado projeto executivo, que abordará desde a técnica que será utilizada, equipamentos, materiais, cronograma e estratégias de proteção da obra.



Ouro Preto nasceu com a descoberta do ouro. A lenda diz que ao matar a sede no Ribeirão Tripuí, um homem encontrou algumas pedras negras. Elas chegaram às mãos do governador do Rio de Janeiro à época, Artur de Sá e Menezes, que colocou uma na boca, trincou-a com os dentes e descobriu o metal amarelo. A notícia se espalhou. Logo, várias expedições partiram em direção ao Pico do Itacolomi, sem sucesso. Em 1698, o paulista Antônio Dias de Oliveira alcançou a região e descobriu um veio riquíssimo. Lá se estabeleceu e mandou buscar os amigos e parentes em Taubaté.

O metal era abundante, tanto no leito quanto às margens dos rios e na encosta dos morros. Vários arraiais mineradores se desenvolveram ali — Padre Faria, Antônio Dias, Paulistas, Bom Sucesso, Taquaral, Sant' Ana, São João, Ouro Podre, Piedade, Ouro Preto e Caquende — e levaram o governador da capitania, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a criar a Vila Rica, em 1711.

A produção de ouro chegou ao máximo entre os anos de 1730 a 1760. Entre 1735 e 1751, o quinto do ouro atingiu a soma de 34,2 mil quilos, ou 2,1 mil quilos por ano recolhidos pela Coroa Portuguesa.

Em 1763, teve início a decadência da exploração do ouro. Novos impostos foram

criados. A derrama, lançada pelo Visconde de Barbacena, alguns anos depois, aliada ao inconformismo com a situação econômica, as informações sobre os acontecimentos na França e nos Estados Unidos e a ideologia iluminista levaram comerciantes, intelectuais e militares a conspirar e a tramar a separação da colônia de Portugal. O movimento foi denunciado por Joaquim Silvério dos Reis ao Visconde de Barbacena, em 1789. No início do século 19, Vila Rica deixou de ser referência econômica do país. Em 1823, foi elevada à capital da Província de Minas Gerais e passou a se chamar Imperial Cidade de Ouro Preto. Permaneceu como capital de Minas Gerais até 1897, quando Belo Horizonte foi inaugurada. (Informações extraídas do portal Ciclope Arte Digital – http://www.cidadeshistoricas.art.br/ouropreto/op_his_p.htm)



O tecnólogo formado pelo Cefet/Ouro Preto capacita-se para participar de todas essas fases do projeto. O tempo da obra vai depender de vários fatores, como estado de conservação, recursos, tamanho da obra e tecnologias utilizadas.

O projeto estabelecido no início da obra pode, e deve, ser alterado conforme a obra é executada. Aí reside a importância do tecnólogo, porque um profissional não capacitado para o trabalho pode destruir parte ou todo o patrimônio. Os profissionais existentes hoje no mercado aprenderam o ofício na prática.

Geraldo Victor Cotta é um deles. Técnico em preservação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), trabalha há 28 anos na área e deseja se inscrever no curso.

Ainda estudante do curso técnico em Mineração, nos finais de semana, fazia pequenos trabalhos para se manter, como esculturas em pedra-sabão e as vendia no adro das igrejas de Ouro Preto. “Era uma maneira de levantar fundos para as roupas e o cinema. Também trabalhava com xilogravura e fazia trabalhos de manutenção e limpeza das igrejas pertencentes à Matriz do Pilar”, conta. Era a contrapartida para a venda de suas esculturas nas igrejas. Ele trocava telhas, limpava a sujeira de pombos e morcegos. Convidado pelo então secretário de Turismo e Cultura de Ouro Preto, Ângelo Osvaldo, para trabalhar com fiscalização das obras no centro histórico e nos arredores da cidade, ficou no cargo de 1980 a 1983. Foi quando começou a trabalhar com profissionais da área e a se interessar pela busca de novos conhecimentos no setor. Em 1984, entrou para o Iphan.

“Hoje, quero conhecimentos teóricos que me propiciem avançar na carreira. Por isso, vou me inscrever no novo curso do Cefet”.

Em seu cotidiano de fiscal do patrimônio, ele encontra intervenções grosseiras nas obras, como substituição de portais e janelas de madeira por metal e o aumento do volume da construção. “As pou-sadas e hotéis querem aproveitar ao máximo o terreno e teimam em crescer para os lados, os fundos e para cima, e se esquecem que têm que respeitar as taxas de ocupação e o Plano Diretor da cidade, que atualmente está em discussão na Câmara de Vereadores”, revela.

A cada dia novas obras surgem na cidade e em sua moldura, as encostas. Agridem a arquitetura da cidade e põem em risco os moradores, pois, geralmente, não têm acompanhamento de um técnico.

Para ele, “uma cidade tombada não é uma cidade congelada, mas o crescimento tem que ser compatibilizado com o crescimento, sem perder a identidade e suas características arquitetônicas”.

Curso chega com atraso

O chefe do escritório técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Benedito Tadeu de Oliveira, diz que o curso do Cefet chega com atraso de várias décadas. Ele lembra que Minas Gerais tem quase 20 cidades históricas e nenhum curso na área de preservação para a formação de técnicos.

A degradação de Ouro Preto pode ser explicada de várias formas, mas a desarticulação das iniciativas de preservação é a principal delas.

Benedito diz que, agora, todos os anos, 35 novos “soldados” estarão soltos na cidade em busca de novos postos e campos de trabalho e poderão ajudar nessa articulação de projetos e iniciativas.

Para a diretora do Cefet de Ouro Preto, Maria da Glória Santos Laia, o novo curso significa a diversificação da oferta de vagas no ensino superior e tem a vantagem de estar vinculado à cidade, que respira patrimônio. Ela ressalta ainda o fato de o novo curso atrair estudiosos da área e ajudar a resgatar processos construtivos. “O curso vai apresentar alternativas que sejam econômicas à população”, diz.

Com o novo curso, o Cefet de Ouro Preto terá dois programas de graduação – o outro é em Qualidade no Trabalho – e sete cursos técnicos. Há ainda uma habilitação na área de gemologia. A escola tem hoje 2,3 mil estudantes, 115 professores e 250 servidores.

Preservar não é fácil

Pedro Gaspar Jens Correa de Araújo é dono do Castelo dos Nobres, construído nos anos de 1590/1600, no qual o Conde de Assumar viveu. Construído por Paschoal da Silva Guimarães, o casarão foi vendido, anos mais tarde, ao pai de Pedro, Pedro Luís Correa de Araújo.

O orçamento preliminar para se restaurar o casarão está estimado entre R\$ 500 e 700 mil. Pedro Gaspar não tem intenção de mantê-lo e pretende vendê-lo por US\$ 1 milhão. “Restaurar o casarão pra quem? Construí o hotel Solar das Lajes e vivo do turismo e de minhas esculturas. Minha família mora no Rio de Janeiro e não quer vir para cá. Também não tenho interesse em morar no casarão. Seria uma vaidade boba”.

O secretário Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto, Vittorio Lanari Júnior, diz que o governo municipal trabalha em três frentes para preservar a cidade: imóveis do município, da igreja e de particulares. “São recursos financeiros e motivações diferentes”, ressalta.

Para ele, o maior problema de sua pasta é o estigma de que preservar é restringir o uso do imóvel. “Esse paradigma tem que ser quebrado e as pessoas precisam entender que a convivência entre o antigo e o novo é possível”, explica.

Para os imóveis do município e da Igreja, existem as leis de incentivo à cultura. Já para os particulares, a solução é a linha de crédito mantida pela Caixa. “Atualmente, não existe nem redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e esse é um dos projetos discutidos atualmente na revisão do Código Tributário Municipal”, esclarece o secretário.

Ele pretende ainda criar, em 2006, o cargo de arquiteto público, que vai auxiliar a população nas reformas do casario. Isso, entretanto, passa pela revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo.



Os conceitos de preservação são baseados em cartas patrimoniais, como as de Atenas, de 1931, Nova Déli, de 1956, de Veneza, de 1964, e Washington, de 1986, por exemplo. Esses documentos estabelecem critérios e parâmetros para conservação e restauração de um bem. Segundo explica Ney Nolasco, as casas de Ouro Preto – a cidade foi fundada em 1698 – foram construídas sob influência do barroco e uma das características dessa escola é o beiral, que protege o plano de fachada das águas. Em meados do século 19, no entanto, o neoclássico se contrapõe ao Barroco e os beirais dão lugar a platibandas. Os proprietários de casas barrocas reformam suas residências e trocam os beirais de suas casas por platibandas. Em 1931, a cidade de Ouro Preto foi tombada pelo município. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) incluiu-a no Livro de Tombos sete anos depois, em 1938. Nessa época, a tendência era retirar as platibandas e reconstruir os beirais. Atualmente, considera-se a cidade como elemento dinâmico de desenvolvimento e, por isso, trabalha-se a conservação da memória dos vários momentos da cidade. Por isso, a platibanda, que um dia foi beiral, também deve ser conservada.

Artigos

ARTIGOS



Alternativas de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

BRITO, Adriana M. de.; CARON, Antoninho.; NASCIMENTO, Décio E. do

Universidade Federal Tecnológica do Paraná - Campus Curitiba

Palavras-chave: Cooperação, Desenvolvimento, Políticas Participativas.

RESUMO

O presente artigo é um estudo sobre as alternativas de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) que estão sendo seguidas pelos municípios paranaenses cujas estratégias de indução estão sendo aplicadas em regiões com baixo IDH-M. Trata-se de uma mudança cultural e política cujo sucesso depende, em grande medida, do engajamento da sociedade, de uma nova visão dos gestores públicos e do empenho dos parceiros envolvidos na execução, para atingir, de forma mais racional, os resultados desejados. A investigação corresponde a um estudo de caso realizado no município de Lunardelli, situado no centro do Estado do Paraná. Através dos resultados obtidos, verificou-se que se deve articular parcerias visando a conseguir recursos para financiar estudos de DLIS para estimular a criação de uma rede virtual para troca de informações e divulgação das ações brasileiras sobre alternativas de desenvolvimento local como um facilitador desse processo e criar mecanismos que identifiquem indicadores para quantificar resultados obtidos com a implantação de programas. Pode-se concluir que o DLIS é um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, fomentando o intercâmbio externo e aproveitando suas vantagens locais. Assim, o DLIS está sendo considerado como uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos de vida mais sustentáveis.

Introdução

Atualmente existe um conjunto de esforços que procuram dar uma resposta local aos desafios do desenvolvimento em tempos de aceleração da globalização, mediante a participação das inovações na busca do desenvolvimento local, e a apresentação de estudos sobre as principais ferramentas de indução a esse tipo de desenvolvimento, com metodologias participativas. Os grandes centros urbanos demonstram estar no limite de suas possibilidades no tocante à sobrevivência e à convivência entre seres humanos, à utilização de recursos naturais, à ocupação e à mobilidade dentro de espaços limitados. Por isso, as idéias de desenvolvimento sustentável, de cidades saudáveis, têm sido discutidas como um caminho para superar essa situação.

Os ideais formulados no campo sócio-econômico exigem dos atores sociais não apenas idealismo e boa vontade, mas também capacidade de lidar de forma consciente e construtiva com os crescentes desafios do desenvolvimento de uma localidade e da cooperação de seus agentes na realização de objetivos comuns. Essa questão passa pelas políticas sociais, mas não pela gestão de uma política apenas, e sim pela relação que as políticas estabelecem entre si para atender as necessidades da população de uma determinada área geográfica. A relação homem-natureza, portanto, não se resolve no âmbito de uma só política, mas da ação integrada das diversas políticas sociais.

Nesse sentido, as particularidades regionais devem ser consideradas para implementar as idéias de desenvolvimento, pois a visão

Pertencente ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia (PPGTE)



Fotos: Divulgação prefeitura de Lunardelli



tradicional de crescimento econômico, sem considerar as potencialidades e as necessidades locais, não leva em conta as consequências sociais e as alterações ambientais determinadas por esse modelo. Com a crescente escassez de recursos e o surgimento de custos associados a tais recursos, o desenvolvimento local passa a ser considerado alternativa para melhoria da qualidade de vida das populações. O DLIS dirige suas ações na sensibilização da comunidade para suas vocações e potencialidades, explorando as vantagens locais, num processo extremamente participativo, democrático e solidário, que envolve os governos em todos os níveis (federal, estadual e municipal), entidades de classe, organizações não governamentais e lideranças comunitárias. Pretende-se, dessa maneira, conseguir sustentabilidade no processo desenvolvimentista, de modo a evitar que se torne um surto ou até mesmo um movimento passageiro.

A sustentabilidade do desenvolvimento local será assegurada, em grande parte, pela capacidade de mobilização e efetiva participação da comunidade na gestão do processo, na oferta adequada de crédito para financiamentos dos empreendimentos e na formação de cadeias produtivas que aproveitem as vocações e potencialidades locais, criando melhores condições de competitividade no mercado. A noção de desenvolvimento local integrado e sustentável se contrapõe a estratégias de desenvolvimento “por cima”, de caráter concentrador e baseado na grande empresa. Trata-se de um novo enfoque “de baixo para cima”, de caráter difuso, com diversas fontes de propagação e efeitos de fluência, sustentado por fatores não somente econômicos, mas também sociais, culturais e territoriais.

O DLIS tem como novo enfoque uma maior preocupação com a distribuição da renda, a sustentabilidade ambiental, a melhoria da qualidade de vida da população, a melhoria das relações do trabalho, bem como a satisfação das necessidades básicas. Assim como um desenvolvimento mais equilibrado territorialmente, onde haja uma descentralização política e gestão democrática local, fazendo assim com que hajam iniciativas de desenvolvimento local de articulação do tecido produtivo e de geração de trabalho e renda para enfrentar a pobreza e a segregação social.

O que é Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)

De acordo com Corrêa,

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um processo de promoção do desenvolvimento por meio de parcerias entre Estado e Sociedade, no qual ocorrem ações multisetoriais integradas, convergentes numa dada localidade, segundo uma metodologia que prevê, no mínimo: capacitação para a gestão; diagnóstico e planejamento participativos; articulação da oferta pública de programas com a demanda social da localidade; monitoramento e avaliação; fomento ao empreendedorismo e criação de uma nova institucionalidade participativa. (CORRÊA, 2000)

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige mobilização de recursos potencialmente existentes na sociedade, tornado imprescindível contar com a participação de outros atores, sejam sociais, políticos ou empresariais, em ações integradas e inovadoras, capazes de promover o desenvolvimento sustentável, tornando possível multiplicar seus efeitos e aumentando as chances de sucesso dessas ações. O desenvolvimento local passa a ser fruto

de uma especialização flexível do trabalho e da produção, em que a comunidade está habilitada para incrementar a economia local, pois dispõe de mão-de-obra capacitada, não só pelo tempo de trabalho mas pela experiência profissional constantemente desenvolvida. É importante que a melhoria do padrão de vida econômico, cultural e social resulte em maior grau de mobilidade social, necessário ao processo produtivo local.

Segundo Buss,

O Índice de Gini tem sido usado como um indicador mais adequado de distribuição de renda e a qualidade de vida é considerada como outro componente do desenvolvimento. (figura a seguir). Esta tem muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividade que a ela se referem em diferentes conjunturas. Envolve um amplo conjunto de experiências, situações e percepções individuais e sociais, incluindo dimensões culturais, psicológicas, inter-pessoais, espirituais, econômicas, políticas, ambientais, éticas e filosóficas, ente outras, que podem ser incorporadas nas suas diferentes conceituações. (BUSS, 1999)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, é um indicador composto de qualidade de vida, desenvolvido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e foi bastante utilizado na década de 90. Ele reúne três componentes: renda, saúde e educação. A renda é medida pelo PIB real per capita, a saúde pela esperança de vida ao nascer e a educação pela taxa de alfabetização de adultos e taxas de matrículas primárias, secundárias e terciárias combinadas. Atribuir importância e prioridade ao desenvolvimento local não quer dizer que não sejam importantes as políticas nacionais, estaduais e, mesmo, regionais de desenvolvimento. Certamente elas afetam o desenvolvimento no nível local. Portanto, não se deve perder de vista a influência das políticas de desenvolvimento em curso em outros níveis, procurando identificar as oportunidades que elas abrem para o desenvolvimento local.

Pressupostos de Políticas de Desenvolvimento

As políticas de desenvolvimento sustentável devem ser baseadas em pressupostos de um novo paradigma de políticas públicas que poderiam ser resumidos em: parceria com a sociedade, articulação intra e inter-governamental e convergência e integração das ações. O primeiro desses pressupostos é o de que a chamada questão social não será resolvida unicamente pelo Estado. A ação do Estado nessa área, conquanto necessária, imprescindível mesmo, é insuficiente. Portanto, os principais problemas sociais do País não poderão ser enfrentados sem a parceria com a sociedade, sem a sua participação e o seu empoderamento.

O segundo pressuposto é o de que uma intervenção eficiente do Estado, na área social, exige articulação entre as diversas ações que são empreendidas. Sem essa articulação intragovernamental, entre os diversos órgãos governamentais, e intergovernamental, entre os três níveis do governo, o Estado não conseguirá adotar uma nova racionalidade que evite o mal-aproveitamento dos recursos, a sobreposição de ações e os vazios de responsabilidades. O terceiro pressuposto é o de que o enfrentamento da pobreza requer convergência e integração das ações.

Nenhum resultado ponderável, em termos de melhoria efetiva das condições de vida das populações marginalizadas poderá ser ob-

FIGURA 1 - O COMPLEXO DA QUALIDADE DE VIDA



Fonte: Caderno Oficina Social



tido apenas por decisão, e no plano abstrato da União e dos Estados Federados, sem que se faça convergir as ações para promover o desenvolvimento integrado local. A implantação de programas articulados em dada localidade é capaz de alavancar novos recursos, energias e impactos que, isoladamente, tais programas não poderiam promover. As políticas públicas devem ser reorientadas, nesses processos, para além de seu papel clássico – redistribuindo e transferindo renda, reduzindo certos efeitos da pobreza – para promover a capacidade empreendedora, econômica e social de vulneráveis e excluídos. Isso significa não apenas proteger, mas promover para desenvolver, ou seja, promover o desenvolvimento.

Os Tipos de Capitais que Interagem no Processo de Desenvolvimento

O capital humano se refere mais diretamente ao conhecimento, ao know-how e à capacidade de criá-lo e recriá-lo – o que envolve a educação, saúde, alimentação, nutrição, cultura e a pesquisa, e várias outras áreas. O capital social diz respeito aos níveis de organização de uma sociedade. Existe uma relação direta entre os graus de associação, confiança e cooperação atingidos por uma sociedade democrática, organizada do ponto de vista cívico e cidadão e a boa governança e a prosperidade econômica. Tal relação pode ser compreendida como capital social. Nas palavras de Franco,

A relação do Capital Social com o desenvolvimento é explicada, quando se diz que, na presença deste fator, há maior eficiência nas organizações, os atores sociais aumentam em número e em capacidade, tornando a sociedade civil mais apta para explorar melhor as oportunidades de progresso e desenvolvimento que estão ao seu alcance sendo necessário que as pessoas subordinem seus interesses individuais aos interesses coletivos; trabalhem em conjunto, buscando objetivos compartilhados e benefícios estendidos a toda a comunidade constituindo associação e redes. (FRANCO, 2001)

Além das outras formas de capital como o físico, o financeiro, o humano e os recursos naturais, evidências crescentes mostram que esse tipo de capital também tem importância para explicar as diferenças de desenvolvimento entre locais, regiões ou países. As redes sociais podem aumentar a produtividade pela redução dos custos de transações. O capital natural diz respeito às condições ambientais e físico-territoriais herdadas. Para tanto, podemos dizer que a equação de desenvolvimento relaciona todas essas variáveis de uma maneira ainda desconhecida. Mas já é bom saber que, para promover o desenvolvimento, é preciso investir nesses vários tipos de capitais.

Alternativas de Desenvolvimento Local

Toda localidade, por mais pobre que seja, tem um caminho próprio de desenvolvimento. Mesmo as cidades mais necessitadas do país podem encontrar alternativas locais que melhorem as condições de vida da população, promovendo o desenvolvimento social e econômico desejado. O que falta é a mobilização da comunidade e o apoio de parceiros do governo e da sociedade para que esses municípios saiam da condição de pobreza. Foi pensando nisso que o Governo Federal, criou em julho de 1999, o Pro-

FIGURA 2
Alternativas de Desenvolvimento Local



grama Comunidade Ativa, uma estratégia de indução ao DLIS. Depois de outra alternativa encontrada, o Programa Sebrae de Desenvolvimento Local (PSDL) criado a partir do antigo Proder (Programa de Emprego e Renda, do Sebrae), que iniciou suas atividades em 1997. Esse Programa do Sebrae aplicava a metodologia dos 14 passos nos municípios cuja coordenação e monitoramento era feita por um consultor até o momento em que o município se tornasse auto sustentável.

Estudo de Caso: A Cidade de Lunardelli

A cidade de Lunardelli possui uma área de 200.680 km², distante 180 km de Londrina, situada no centro do estado do Paraná. O município, localizado na região do Vale do Ivaí, possui uma população estimada, conforme o IBGE (2000), de 5.668 habitantes, sendo aproximadamente metade moradora da zona urbana e a outra metade, moradores da zona rural. A sua base econômica é a agricultura, especialmente as lavouras de fruticultura e olericultura, tais como o tomate, pepino, mandioca e folhosas em geral.

Em 1978, Lunardelli apresentava os aspectos de uma cidade em franco desenvolvimento, despertando na comunidade a necessidade de mobilização para realização do plebiscito pró-elevação de Lunardelli a distrito de São João do Ivaí, conseguido em 19 de dezembro de 1979. Atualmente, Lunardelli é mais conhecida como “a cidade de Santa Rita de Cássia”, sendo a devoção a essa santa um atrativo de inúmeros romeiros à cidade e a causa principal de desenvolvimento do município. Tal fato originou-se da doação feita por D. Maria Pinto Momente, em 1963, de uma imagem da santa, que passou a ser considerada a padroeira da cidade. Em 1993, o padre João Maria Rocha Santana tomou posse da paróquia e, ao chegar a Lunardelli, encontrou o município passando por uma grande crise financeira. Diante dessa situação, a comunidade solicitou ao novo pároco a condução de uma novena a Santa Rita de Cássia, intercessora das causas impossíveis.

A primeira novena foi realizada no dia 22 de janeiro de 1994 para os paroquianos, com o compromisso de ser repetida todo dia 22 dos próximos meses. Em meados de 1994, uma rádio da região pediu licença ao Padre João Maria para transmitir a novena ao vivo. Essa iniciativa impulsionou a vinda de turistas, mais conhecidos como romeiros, que vinham à cidade para pedir graças à “santa dos desesperados” e também para agradecer as graças recebidas através da intercessão dela. Para melhor atender esses romeiros, e não imaginando a grande proporção que este fato traria à cidade, a própria comunidade construiu uma pequena gruta, a qual simbolizou a presença da santa no município. Em pouco tempo, o número de devotos foi crescendo tanto que as novenas, realizadas no dia 22 de cada mês, já não eram assistidas apenas pela comunidade local, e sim por romeiros que vinham de regiões vizinhas.

Em 1998, o número de romarias atingiu o seu ápice: foram 1.990 romarias, e Lunardelli recebeu aproximadamente 250 mil

pessoas só nesse ano. Eram visitantes vindos do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, além de algumas pessoas do Paraguai, conforme dados coletados pela Secretaria de Turismo do Município. Devido ao acelerado crescimento no número de visitantes à cidade, o deputado Orlando Pessuti apresentou à Assembléia Legislativa do Paraná o projeto de lei nº 637/99, aprovado em 06/12/99, instituindo o município de Lunardelli como pólo turístico religioso do Estado.

Lunardelli continua sendo considerada uma cidade pequena, sem indústrias, sem faculdades, sem hotéis e sem prédios. No entanto, há 4 anos, em 1999, recebeu em média 30.000 romeiros, por mês, oriundos de diversos locais, principalmente da cidade de Maringá (PR). Dessa forma, a cidade necessitava que o turismo religioso – atividade de maior destaque do Município – fosse administrado com maior eficiência e eficácia para tornar-se a mola propulsora do desenvolvimento local. O Sebrae já atuava na região e acabou auxiliando o município nesse processo. Ajudou a criar o Fórum de Desenvolvimento da Região, que elaborou o Planejamento Estratégico Participativo, como um instrumento orientador sobre as atividades a serem implementadas para cada potencialidade levantada no município, com destaque para agroindustrialização, diversificação de produtos agrícolas; turismo ecológico e religioso; educação e meio ambiente.

Os integrantes do Fórum apresentaram os problemas encontrados para cada área e elaboraram projetos com suas respectivas ações para o desenvolvimento de cada potencialidade. Por exemplo: com relação ao meio ambiente, foram criados os projetos de reciclagem do lixo, reflorestamento e conscientização para os produtores rurais e a utilização de agrotóxicos nas plantações. Cada projeto continha aproximadamente três ações, com a finalidade de promover o desenvolvimento do município.

Atualmente, o Fórum de Lunardelli é denominado Agência de Desenvolvimento Local (ADL), por ter sido constituído como organização social de interesse público, no ano de 2003, tornando-se capaz de elaborar projetos, tais como os de Agricultura Orgânica, Turismo Religioso e Ecológico e Coleta Seletiva do Lixo, e pleitear recursos para implantação dos mesmos. Para o andamento destes projetos, a ADL também conta com as parcerias da Igreja Católica, da Prefeitura Municipal e do Sebrae/PR, além de desenvolver campanhas de conscientização para que a comunidade em geral participe do processo de desenvolvimento da cidade

Considerações Finais

Este estudo procurou demonstrar que o DLIS tem efeitos sobre a economia regional ou local e que o Fórum de Desenvolvimento de Lunardelli é importante, porque o desenvolvimento está presente nas pessoas de forma ativa ou latente e pode ser aprendido, estimulado e ampliado, com base em recursos associativos, como confiança, cooperação e reciprocidade.

A metodologia aplicada pelo Sebrae demonstra que o desenvolvimento não está distribuído de maneira homogênea entre as pessoas, grupos ou sociedades. Ele torna-se mais efetivo quando utiliza a capacidade de articulação em redes. O DLIS tem um papel essencial na promoção da sinergia entre pessoas e comunidades, visando ao bem-comum, à superação da pobreza e desigualdade e ao desenvolvimento em todas as suas possibilidades. É um conceito que, se exercitado, pode se tornar um hábito. As organizações tornam-se mais eficientes e funcionam melhor. Essa parceria propicia a qualidade e a democratização das decisões sobre questões públicas, porque há mais pessoas envolvidas.

Outro fato constatado no caso de Lunardelli é que as pessoas passaram a acreditar mais na cidade, e por isso, novas micro empresas foram criadas, tais como: restaurantes, lanchonetes, mercado, dentre outras já citadas anteriormente. A partir desses fatores as pessoas passaram a valorizar o comércio local, gastando mais na própria cidade. Por fim, fica como sugestão estimular a criação de uma rede virtual para troca de informações e divulgação das ações brasileiras sobre alternativas de desenvolvimento local e criar mecanismos que identifiquem indicadores nesse processo possibilitando desta forma quantificar resultados obtidos com a implantação de Programas.

Referências

- BUSS, P. M. Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. Rio de Janeiro: ENSB, p. 35 (Original entregue para publicação na Revista Brasileira de Saúde Coletiva da Abrasco), 1999.
- CORRÊA, L. M. Documento de Referência, Uma Estratégia de Indução ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Brasília, esplanada dos ministérios, 2000.
- FRANCO, A. de. Capital Social: Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy.. Brasília: Instituto de Política, 2001.
- IBGE. Associativismo, representação de interesses políticos e intermediação política. Disponível em: <www.ibge.gov.br/pub/indicadores_sociais>. Acesso em 17, abr. 2004.
- SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. STROH, Paula Yone (Org). Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- SEBRAE. DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: Uma revolução que contagia o Brasil. Brasília, 2002b.

Uma Proposta de Hotel-Escola

SANTOS, Pedro L. P. dos; AVENA, Biagio M.

Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

Palavras-Chave: Hotéis-Escola, Acolhimento, Educação Profissional.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados obtidos após dez meses de pesquisa do Projeto Hotel-Escola Cefet/BA. Inicialmente, faz-se uma abordagem da discussão em torno do conceito de acolhimento e suas implicações. Em seguida, aborda-se o sistema de turismo, avaliando a importância do hotel-escola para a expansão da oferta de educação profissional. São relatados os contatos realizados junto aos hotéis-escola do Senac. Finalmente, apresenta-se uma discussão acerca dos resultados obtidos e suas implicações.

Biagio M. Avena é professor dos cursos técnicos na área de Turismo e Hospitalidade do Cefet/BA, doutorando e Mestre em Educação pela UFBA, especialista em Administração Hoteleira pelo Senac / Uesc, Diplomado em Língua e Literatura Francesas pela Universidade de Nancy, Licenciado em Didática Especial da Língua Francesa pela UERJ, Guia de Excursão Internacional pela Região Toscana – Itália; Guia de Turismo Local – RJ – pelo Senac/RJ.

Pedro L. P. dos Santos é estudante do curso de bacharelado em Administração com ênfase em Hotelaria do Cefet/BA, cursando o 6º semestre.

Foto: Divulgação Cefet/BA



Introdução

O turismo é uma atividade econômica em crescimento, para a qual a existência de mão-de-obra qualificada é fundamental. O aumento da mobilidade humana e o ganho crescente de tempo livre para o lazer fazem com que as viagens sejam cada vez mais uma opção para o lazer (KRIPPENDORF, 2000). Nesse sentido, o papel do profissional do turismo ganha uma importância acentuada, uma vez que ele irá acolher o homem que veio buscar descanso em sua terra (AVENA, 2002).

Mediante a necessidade de aprofundar os esforços para o desenvolvimento de estratégias e metodologias de “gestão da hospitalidade”, uma das linhas de pesquisa do Núcleo de Estudos em Trabalho e Tecnologias de Gestão do Cefet/BA, e a necessidade de aprimorar a formação do profissional do Turismo, oferecendo ferramentas práticas que solidifiquem competências e habilidades tanto técnicas quanto comportamentais, o Cefet/BA procura criar o primeiro hotel-escola do estado da Bahia.

O Projeto Hotel-Escola é uma iniciativa para a expansão da educação profissional na área de Turismo e Hospitalidade do Cefet/BA. Essa ação visa a ampliar a oferta de educação profissional para o turismo e a hospitalidade baseada no conceito de acolhimento e fomentar nos estudantes a possibilidade do desenvolvimento de outras formas de gestão da hotelaria, ampliando os horizontes da educação profissional (básica, técnica e superior), oferecendo aos estudantes a oportunidade de aprenderem com a prática.

Apresentação

O presente artigo descreve as atividades efetuadas durante os dez meses de pesquisa do Projeto Hotel-Escola e os resultados alcançados até aquele momento. Inicialmente, são delimitados o objeto de estudo e os objetivos buscados ao pesquisá-lo. Em seguida, os métodos e a estratégia de trabalho traçada para o projeto são apresentados.

Num segundo momento, são descritos os resultados obtidos e as implicações que têm para a pesquisa. Em face da escassez de dados sobre a atividade dos hotéis-escola no Brasil e considerando a dificuldade em buscá-los nas instituições, procurou-se relatar cada informação obtida de maneira a compor uma idéia clara de como funcionam os hotéis-escola e que dificuldades encontram na sua operacionalização.

Foram objeto do estudo realizado os hotéis-escola em atividade no Brasil com atuação voltada para o público em geral, que ofereçam formação profissional em suas diversas modalidades de uma maneira permanente e sistematizada, bem como a concepção de acolhimento no turismo e suas implicações na formação profissional.

Foi objetivo geral do projeto a elaboração de material necessário ao trabalho de criação, implantação e divulgação do hotel-escola do Cefet/BA. Além disso, como objetivos específicos, buscou-se aprofundar a investigação sobre o conceito de acolhimento e suas implicações; conhecer e avaliar a atividade dos hotéis-escola no Brasil; e desenvolver uma estratégia de trabalho em observação aos resultados positivos e às dificuldades encontradas na experiência dos hotéis-escola no Brasil.

Metodologia

A revisão de literatura revelou elementos importantes a serem analisados para a compreensão da atividade dos hotéis-escola no Brasil e, sobretudo, para a compreensão do conceito de acolhimento e sua conseqüente implicação na área de Turismo e Hospitalidade. Buscou-se aprofundar a discussão em torno do acolhimento encontrada em Avena (2002), na qual se questiona a opção, corrente na literatura, de considerar o acolhimento um componente da hospitalidade.

Foi utilizada a ferramenta da Internet, mediante a qual se iniciou um levantamento dos hotéis-escola em operação. Para aprofundar os dados obtidos no levantamento, foi feita uma visita à biblioteca do Senac na Casa do Comércio, onde pouco se pôde encontrar a respeito dos hotéis-escola sob gestão daquela instituição. Da mesma forma deu-se a busca de informações sobre os demais hotéis-escola identificados no levantamento. Em nenhum caso pôde-se definir a abrangência, a responsabilidade ou um histórico para as instituições externas ao Senac, motivo pelo qual os hotéis-escola do Senac mantiveram-se do como principal objeto de estudo da pesquisa científica.

O contato com os hotéis-escola foi feito inicialmente por correspondência eletrônica, na qual eram apresentados o Cefet/BA, os pesquisadores e o objeto da pesquisa, além de um questionário cuja finalidade era classificar os hotéis-escola quanto ao número de estudantes atendidos e conhecer as principais dificuldades que cada um deles encontra em sua operacionalização.

Resultados

Durante o levantamento bibliográfico, buscou-se identificar as razões para uma opção pelo acolhimento e sua concepção como um conceito mais amplo que a hospitalidade. Camargo (2002) considera a denominação “hospitalidade” mais adequada para designar os cursos com formação voltada para o turismo, por oferecer maiores possibilidades de estudo e desenvolvimento teórico, em vez de simplesmente “hotelaria”, uma denominação que se tornou corrente na Educação Superior.

Grinover (2002) define hospitalidade como o ato de acolher e prestar serviços, enquanto Cruz (2002) define hospitalidade como o ato de acolher em toda a sua amplitude. Pierre Gouirand (2002), entretanto, define “hospitalidade” como um dos componentes do acolhimento, juntamente com o reconhecimento e o cuidado.

A definição de Gouirand coloca o acolhimento como um fato social, um ato involuntário que introduz um recém-chegado ou estrangeiro em uma comunidade, dando-lhe autorização para beneficiar-se de todas ou de parte das prerrogativas do seu novo status, ainda que provisoriamente, enquanto a “hospitalidade” se caracteriza como o atendimento a um desejo de pertença à comunidade, sobretudo do hotel, que, como lar temporário, provisoriamente coloca os seus sujeitos como a família do viajante.

Avena (2002) ressalta que o viajante deseja ser reconhecido como ser humano, ou seja, respeitado enquanto ser. O viajante, por



Fotos: Arquivo





consequente, deseja ser reconhecido pelo status que ele mesmo se atribuiu: ele espera receber atenção de uma maneira natural e jamais precisar pedir por ela, uma vez que é parte do serviço obtido. Assim se caracteriza o reconhecimento como uma esfera do acolhimento, assim como o cuidado e a hospitalidade.

O cuidado se caracteriza por todo o auxílio de que o viajante necessita, desde a compreensão de sua língua à segurança que lhe é oferecida. Avena (2002) o define como “guiar aquele que chega para facilitar sua instalação, dar-lhe todas as informações e oferecer os serviços necessários”.

Assim, cabe-nos conceber a hotelaria e a empresa hoteleira com vistas à sua função de acolhimento, prevendo as implicações presentes nessa noção no que se refere à qualidade e finalidade dos serviços prestados. Avena (2002) coloca o hotel como um lugar onde se pode naturalmente exigir ser bem acolhido, por ser o acolhimento parte do serviço que lhe foi vendido. “O hotel é, por certo tempo, ‘o lar ideal’ do sujeito, que o acolherá e o guardará em clima agradável e seguro. É esta a troca que se espera, um ambiente acolhedor pelo qual se paga” (AVENA, 2002).

Para Beni (2002), o tratamento pessoal e o calor humano fazem parte essencial da prestação dos serviços hoteleiros, o que diminui a propensão à automação da empresa hoteleira, uma vez que há pessoas em praticamente todas as atividades em todos os setores. Beni concebe a atividade turística como um sistema aberto, utilizando as atribuições da Teoria Geral dos Sistemas para descrever o seu funcionamento. Estabelece o conjunto das relações ambientais do Sistema de Turismo (Sistur), a sua organização estrutural e os seus sistemas.

De uma maneira análoga, Acerenza (2002) aborda o turismo em sua organização como sistema, analisando o seu funcionamento, as maneiras de alimentá-lo e os efeitos decorrentes de suas atividades. Considera o turismo um fator de desenvolvimento capaz de promover, aliado aos fatores que compõem a sua infra-estrutura, o crescimento da economia e a diminuição das desigualdades sociais.

Beni (2002) enfatiza a necessidade de que o Sistur represente uma efetiva oportunidade e emprego e desenvolvimento social para a comunidade, impedindo a marginalização social dos residentes e represente uma abertura cultural caracterizada pela troca de valores sociais em vez da colonização dos hábitos e costumes incentivada em função dos resultados financeiros.

A respeito dessa colonização, Krippendorf (2000) alerta para a proximidade de um limite de tolerância em relação aos danos ecológicos, econômicos e culturais que têm sido causados pelo crescimento da mobilidade e o aumento das viagens, associados à crise da sociedade voltada para o trabalho. Krippendorf aponta a necessidade de humanização das viagens mediante a diminuição do ritmo da mobilidade e o contato aberto e respeitoso com o autóctone.

Nesse sentido, o hotel-escola insere-se como um estímulo aos subsistemas social, cultural, econômico e ecológico, fomentando o aprendizado mediante a prática consciente de uma atividade econômica, a valorização do profissional por meio da qualificação permanente, a implementação da competitividade baseada na versatilidade



e qualidade da mão-de-obra e a busca dos meios alternativos de utilização dos recursos turísticos naturais (BENI, 2002).

O Senac (2004) apresenta uma metodologia na qual os hotéis-escola, assim como outros empreendimentos ligados à educação profissional da instituição, são denominados “empresas pedagógicas”, uma vez que a prática pedagógica do ensino de um ofício acontece no próprio ambiente de trabalho. As empresas pedagógicas do Senac são unidades de ensino que mantêm uma função comercial permanente, da qual o aluno faz parte durante sua formação.

Buscou-se conhecer melhor a estrutura e o funcionamento dos hotéis-escola do Senac, com o intuito de compreender o conceito de empresa pedagógica e aprofundar o conhecimento sobre a experiência dos hotéis-escola no país. Desse modo, foram feitos contatos por correio eletrônico e telefone com todos os hotéis-escola ligados ao Senac. Um questionário foi enviado aos hotéis-escola contendo perguntas sobre os hotéis e o seu funcionamento.

Embora o envio das mensagens tenha sido feito mediante o conhecimento dos destinatários e após os contatos feitos por telefone, foram recebidas apenas duas respostas às mensagens enviadas aos hotéis-escola. Este fato não se mostrou uma surpresa, pois durante as etapas anteriores da pesquisa, poucas foram as informações encontradas a respeito dos hotéis-escola, mesmo junto ao Senac.

As respostas obtidas vieram do hotel-escola Ilha do Boi, no Espírito Santo, e do Hotel-Escola Barreira Roxa, no Rio Grande do Norte. Ambos se caracterizaram como empresas de gestão privada em resposta à primeira pergunta do questionário, embora o Barreira Roxa tenha sido criado por iniciativa do Estado do Rio Grande do Norte e só depois tenha passado às mãos do Senac, numa parceria entre o Instituto de Formação e Gestão em Turismo do Rio Grande do Norte, a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social do Rio Grande do Norte e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); enquanto o Ilha do Boi foi criado pelo próprio Senac, em 1979 (HOTEL ILHA DO BOI, 2004).

Os hotéis-escola oferecem cursos de formação profissional exclusivamente presenciais nos níveis básico, técnico e superior. Os cursos de nível básico compreendem a qualificação básica, programas de desenvolvimento sócio-profissionais e o aperfeiçoamento e atualização de profissionais. No nível técnico são oferecidas habilitações em áreas diversas. No nível superior, o Hotel-Escola Ilha do Boi é o único a oferecer possibilidade de formação, uma Especialização em Administração Hoteleira em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo.

Anualmente, entre 800 e 1.000 profissionais se formam no Hotel-Escola Barreira Roxa, enquanto aproximadamente 2.000 pessoas concluem formação no Hotel-Escola Ilha do Boi. O acompanhamento dos egressos feito pelos hotéis-escola indica que entre 40 e 60% dos profissionais formados no Barreira Roxa são absorvidos pelo mercado, enquanto 60 a 80% dos profissionais formados no Ilha do Boi encontram emprego após a conclusão do curso.



Segundo os hotéis-escola, a principal dificuldade encontrada pelos alunos para realizar os cursos é de ordem financeira. Ambos citaram a dificuldade para arcar com as despesas de transporte como realidade de parte dos alunos.

As instituições afirmam realizar os seus planejamentos estratégicos e pedagógicos, integrando necessidades pedagógicas e mercadológicas, e que as maiores dificuldades encontradas na administração dos hotéis escola são a baixa renda dos alunos e o alto custo operacional.

A ocorrência de pesquisa científica proporcionada pelos hotéis escola é pouca ou nenhuma. Na maioria das vezes, as instituições permitem que pesquisadores externos façam as suas pesquisas no hotel-escola. Entretanto, ambos indicaram realizar pesquisas de mercado para auxiliar na administração do hotel-escola.

Os hotéis-escola foram convidados a se pronunciar livremente, indicando um ponto importante não contemplado pelo questionário. O Hotel Escola Ilha do Boi salientou a importância fundamental da integração da equipe operacional com a equipe pedagógica, uma vez que em um hotel-escola o aluno aprende em situação real de trabalho, o que coloca a todos os funcionários no papel de educadores.

Discussão

Os resultados obtidos apontam a possibilidade de empreender a criação de um Hotel-Escola pelo Cefet/BA, embora não sejam suficientes para fundamentá-la passo a passo. Considerando o modo como foram criados os hotéis-escola do Senac e a sua operacionalização, não há empecilhos que se façam definitivos para a implementação de tal projeto pelo Cefet/BA.

As dificuldades encontradas pelos hotéis-escola demonstram a baixa renda dos alunos contrastando com o alto custo decorrente da operacionalização da instituição. Sobre esse aspecto, é preciso reiterar a necessidade de criação de uma mão-de-obra qualificada para atuar na atividade turística, convertendo-a num ganho social, assim como a busca de novas formas de gestão do acolhimento, possibilitando que o crescimento do turismo ocorra de forma integrada e sustentável.

Campos (2003) destaca as expectativas de crescimento para a atividade turística e a necessidade de organização e eficiência dos projetos hoteleiros. Esses pressupostos de mercado e projeto justificam a necessidade de preparo de mão-de-obra capaz e diferenciada e, assim, a existência de um hotel-escola que, com esse propósito, contribua para a melhoria das condições existentes para o exercício das atividades.

Acerenza (2002) ressalta a capacidade de geração de emprego e renda trazida pela atividade econômica do turismo e a conseqüente expansão do mercado econômico do país. Entretanto, o mesmo autor lembra que, sem um planejamento adequado, a atividade pode contribuir para a desestruturação da sociedade e para o desemprego.

A opção de desenvolvimento do conceito de Acolhimento como

uma das categorias no bojo do projeto de implantação do hotel-escola do Cefet/BA se faz em vista de sua abrangência teórica e, sobretudo, de sua concepção da forma de receber o turista. O conceito de acolhimento abarca a hospitalidade, o cuidado e o reconhecimento numa tríade que representa as expectativas do homem temporariamente fora de sua casa que é recebido em outra comunidade. Dessa forma, as possibilidades de pesquisa e desenvolvimento se colocam de maneira abrangente, possibilitando ampliar o referencial teórico em estudo.

Camargo (2002) salienta que as ciências aplicadas ao Turismo devem perceber a riqueza de um recorte do conhecimento moldado sobre o fato social associado ao gesto de receber. Dessa forma, faz-se necessário conscientizar estudantes e profissionais do Acolhimento sobre a necessidade de desenvolver os saberes conceituais, técnicos e humanos, para que esses papéis sejam assumidos de maneira a garantir o sucesso das organizações.

Considerações Finais

Finalizando esta etapa do Projeto Hotel-Escola Cefet/BA, considera-se de fundamental importância a concentração dos esforços para promover a difusão dos conceitos apresentados neste artigo, visando avaliar os resultados obtidos e promover uma reflexão em busca dos melhores meios que levem à criação do hotel-escola do Cefet/BA.

Ressalta-se a necessidade de evidenciar o caráter humano e social da prestação de serviços, aspecto que o conceito de acolhimento se coloca como melhor alternativa na abordagem do Turismo, uma vez que considera todos os aspectos psicológicos daquele que requisita o serviço, sem, entretanto, levar ao servilismo.

A criação do hotel-escola do Cefet/BA irá proporcionar a qualificação de mão-de-obra e a atuação na sociedade no sentido de melhorar a qualidade do emprego por meio de uma formação humanista que propicie a reflexão e a consciência na prestação de serviços, a busca por novas formas de gestão do acolhimento e o aumento da oferta de educação profissional para o turismo.

Referências

- ACERENZA, M. A. *Administração do Turismo*. Bauru: EDUSC, 2002.
- AVENA, B. M. *Turismo, educação e acolhimento de qualidade: transformação de hostis a hospes em Ilhéus, Bahia*. 2002. 367f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFBA/UESC, Ilhéus, 2002.
- BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 3. ed. São Paulo: Senac, 2002.
- CAMARGO, L. O. de L. *Turismo, hotelaria e hospitalidade*. In: DIAS, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: Reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.
- CAMPOS, J. R. V.; ROSÈS, Cláudia F.; BAUMGARTNER, Ricardo R. *Estudo de viabilidade para projeto hoteleiro*. Campinas: Papirus, 2003.
- CRUZ, R. de C. A. da. *Hospitalidade turística e fenômeno urbano no Brasil: Considerações gerais*. In: DIAS, C. M. de M. (Org.). *Hospitalidade: Reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002. p. 39-56.
- DIAS, C. M. de M. (Org.) . *Hospitalidade: Reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002. GRINOVER, L. *Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado*. In: DIAS, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: Reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002. *Histórico*. Disponível em: <http://www.hotelilhadoboi.com.br/hotel_ilha_boi/historico/index.html>

Acesso em: 03 jun. 2004.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo, Aleph, 2000.
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. *Conheça o Senac. Ambientes educacionais*. Disponível em: <<http://www.senac.br/conheca/ambeduc.html>> .

Acesso em: 03 jun. 2004.

Parques Nacionais: elementos para um Turismo Desejável

SILVA, Clarinda Aparecida da

Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás

Clarinda Aparecida da Silva é mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás-UFG/IESA; linha de pesquisa: paisagem, cultura e turismo; professora da Coordenação de Turismo e Hospitalidade do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet/GO) e da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

Palavras-Chave: Paisagem, Parques Nacionais, Turismo

RESUMO

Nos últimos anos a paisagem da maioria dos parques nacionais tornou-se objeto de apropriação estética, projetada e divulgada através das formas de olhar, transformando-se em produto comercializado pelo marketing da atividade turística. Contudo, o ecoturismo, ainda que em unidades de conservação, pode ser importante fator tanto de valorização como de degradação ambiental, pois as atitudes e os comportamentos dos turistas tanto podem estar voltados para a interação e identificação com as paisagens quanto para o desequilíbrio do ambiente. Portanto, a educação é instrumento para uma cuidadosa prática da atividade turística, possibilitando a integração de valores e conhecimentos do indivíduo com a paisagem, e para o entendimento do ecoturismo como um fenômeno social. Ao mesmo tempo, o turismo pode ser um importante fator educativo na difusão do respeito ao patrimônio de uso comum e na convivência mais harmoniosa entre as pessoas.

Os parques nacionais, devido aos seus atributos naturais considerados de grande valor cênico, tiveram em sua origem, basicamente, fins estéticos e recreativos. Vinculada aos aspectos visuais, a paisagem dessas unidades foi antes de tudo valorizada pela sua excepcionalidade e por uma beleza associada à rusticidade. Essa concepção tem sido alterada no decorrer do tempo, sendo substituída por novos argumentos baseados nas noções de ecossistema e biodiversidade. Todavia, os parques que permitem uso turístico, ainda que apresentem objetivos educacionais e científicos, mantêm o caráter de contemplação da beleza cênica. A paisagem é ponto de reverência das populações urbanas que vêm nesses espaços o paraíso.

Nesse sentido, as unidades de conservação tornaram-se, principalmente, objetos de apropriação estética, projetados e divulgados através das formas de olhar e transformados em produto comercializado pelo marketing da atividade turística. A percepção visual é o instrumento fundamental para difundir as paisagens. No entanto, o turismo – no caso, o ecoturismo – mesmo em áreas de uso restrito, pode ser um importante fator de valorização, como de degradação ambiental, pois essa atividade apropria-se das paisagens, pressionando uma reorganização, baseada em valores econômicos e funcionais.

Nos discursos oficiais, os cuidados com o meio ambiente, em nome do desenvolvimento sustentável, procuram legitimar as intervenções em prol da conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das populações locais. O Instituto Brasileiro de Tu-

O presente trabalho se apóia em estudos teóricos e empíricos realizados pela autora na dissertação de mestrado intitulada *Paisagem Campo de Visibilidade e de Significação Sociocultural: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Vila de São Jorge* (SILVA, 2003).

rismo deixa claros os princípios da sustentabilidade e o papel da educação no manejo da atividade ecoturística, uma vez que define esse segmento como aquele que

utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (EMBROTUR/IBAMA, 1994, p. 19).

No entanto, o conceito proposto nos documentos oficiais e sua prática efetiva divergem, pois [...] “apesar da aparente neutralidade e da tentativa de apontar sua preocupação com a educação ambiental, este estilo de desenvolvimento não consegue ocultar completamente o sentido de mercantilização da natureza, típico da atividade turística” (ALMEIDA, 2003, p. 57). Em decorrência disto, o ecoturismo apresenta problemas: pressões geradas nos ecossistemas e demais recursos vêm ocasionando a alteração das atrações que motivam essa atividade, comprometendo sua utilização futura.

Serrano (1997, p. 112) faz um alerta sobre os impactos sociais e naturais decorrentes dessa modalidade do turismo. Segundo a autora, ainda que a exploração turística em parques nacionais se faça baseada nos critérios previstos em seus planos de manejo, ela não deixa de provocar impactos negativos, os quais, de uma maneira geral, podem ser identificados:

- na necessidade de “sacrifício” de áreas para descanso, abertura de trilhas e acessos, construção de infra-estrutura, etc.;
- no pisoteamento, na compactação, na erosão e na abertura de atalhos em trilhas;
- na depredação da infra-estrutura, das árvores e das rochas por pichações ou coleta de souvenirs;
- na deposição inadequada de lixo, que interfere na alimentação da fauna e polui solo e cursos d’água;
- no distúrbio do ambiente sonoro, visual e olfativo da fauna, por barulho, excesso de cores e odores estranhos ao meio;
- em incêndios.

Não há dúvida que as concepções vinculadas ao ecoturismo, principalmente, em unidades de conservação, apresentam avanços em relação ao turismo de massa. Porém, a prática dessa atividade é suscetível a alguns questionamentos, pois o meio natural obedece a determinadas leis e apresenta uma capacidade de carga. Quanto mais frágil for o sistema, menor a capacidade de absorver as ações externas. Para Serrano, “uma das estratégias consideradas úteis para minimizar esses impactos é a determinação da capacidade de carga das áreas abertas ao público, ainda que sua aplicação não seja simples, tanto do ponto de vista técnico como estrutural das unidades”. (SERRANO, 1997, p.112)

A autora acrescenta, ainda, que a capacidade de carga não deve ser tomada como solução para os problemas das unidades. Ela deve ser um instrumento de planejamento e sua determinação está sujeita a interferências políticas, econômicas e sociais.

Além disso, os lugares turísticos não são sistemas fechados, passíveis de serem controlados por medidas de precisão e legitimidade científica conforme modelos da ecologia, da biologia e da física. A sociedade, enquanto sujeito da construção dos lugares turísticos,



Fotos: Clarinda Silva

Estrada para os Saltos

Turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje (CRUZ, 2003, p. 6).

Segundo a OMT (2001, p. 248) a capacidade de carga de uma área turística é “o máximo uso que se pode fazer dela sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou a cultura local”.



Canyon II – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Experienciar remete-se às diferentes maneiras através das quais o ser humano conhece e constrói a realidade (TUAN, 1983).

implica a existência de inúmeras variáveis subjetivas que não são expostas à quantificação (LUCHIARI, 2000). Aspectos relativos à subjetividade, ao comportamento e às expectativas dos indivíduos devem ser levadas em conta no manejo das unidades de conservação. É necessário considerar que essas unidades expressam significados diversos atribuídos pelos visitantes que, de modo variado, relacionam-se com suas paisagens. Exposta aos olhos e à mente humana, a paisagem torna-se guia para as ações e a conduta do indivíduo. Contudo, as atitudes e comportamentos dos turistas tanto podem estar voltados para a valorização, interação e identificação, quanto para o desequilíbrio do ambiente. Portanto, pensar o ecoturismo é pensá-lo como uma prática social que deve estar centrada, acima de tudo, no ser humano, nas suas formas de ver e perceber a paisagem, em suas experiências culturais, seus valores, sentimentos e atitudes.

É preciso, também, superar a visão de natureza como paraísos primitivos, desabitados, objetos de adoração; e considerar a presença das populações que vivem há várias gerações em contato direto com o interior e/ou entorno das unidades de conservação, estabelecendo formas próprias de se relacionar com a natureza.

A paisagem de um parque nacional para os moradores locais envolve sua própria história de vida, formada por um conjunto de símbolos, valores e sentimentos ligados à sua maneira de ver e harmonizar com o espaço vivido. Construindo e reconstruindo traços definidores na sua relação com o mundo natural e imaginário, esses grupos revelam sua forma própria de viver, perceber e **experienciar** a paisagem, criar suas raízes e seus lugares.

A atividade turística cria, nessas áreas, outras paisagens, construindo novas percepções e valores para os moradores do lugar. As manifestações culturais, as tradições e as formas de se relacionar com a natureza são transformadas em mercadoria. Se antes os recursos da natureza norteavam a visão de mundo e o universo cultural destas populações, agora o espaço se transformou em mercadoria de uso turístico e os padrões culturais e de conduta, as relações de produção no manejo da natureza passaram a ser mediadas pela racionalidade capitalista. (SILVA, 2003) Isto nos possibilita entender que as relações entre o homem e a paisagem constituem uma rede de significados e sentidos que são construídos e reconstruídos conforme as transformações históricas, sociais e culturais. Nas palavras de Luchiari (2000, p. 123),

a população local, dominada pelo olhar externo, faz uma reavaliação seletiva de si mesma e de sua região. Esse processo altera as percepções individuais e imprime uma nova valoração da paisagem circundante e da cultura local, com a substituição de hábitos e comportamentos, com a implantação de novas formas de apropriação da natureza e de um novo estilo de vida, tomado como referência para relativizar a sociedade local e seu modo de vida.

Observa-se, nesse contexto, que a demanda dos visitantes por lazer insere o tempo livre dos “de dentro” no mercado e vincula o modo de vida dos residentes às novas formas de atuação do capital, que propõe não só outros referenciais do tempo de lazer e de percepção da paisagem, mas também novas necessidades provenientes

da urbanização. “Conduzidos pela urbanização turística, os lugares entram rapidamente no fluxo de informações, bens e pessoas, e inserem-se no movimento global” (LUCIARI, 2000, p.107).

Apesar dessas e de outras implicações, o turismo não deve ser tomado apenas do ponto de vista negativo e desarticulador de antigas práticas sociais, substituindo o velho pelo novo por meio de um processo linear (LUCIARI 2000). A existência de diversas contradições, a produção e reprodução de interesses variados e conseqüentemente a reorganização das paisagens em função de sua absorção pela lógica mercadológica turística não deve invalidar o turismo como possibilidade de conhecimento, de vivência da natureza, de outros referenciais culturais e identitários e da descoberta de si mesmos através do outro. Contudo, geralmente, ocorre o oposto nas experiências dos turistas com as paisagens. Esses viajantes, embora diante da retórica de uma nova ética ambientalista que propõe estratégias voltadas para o chamado “desenvolvimento sustentável” e para a valorização das comunidades locais, ainda mantêm um olhar superficial, atrelado apenas ao fundamento estético da paisagem presente nos conceitos conservacionistas tradicionais que deram origem às formas de proteção das áreas naturais.

Essa exacerbada estetização da paisagem é estimulada pelo marketing da atividade turística que manipula e, de certa forma, controla as interações dos indivíduos com a natureza. Os turistas, normalmente, não contemplam os lugares visitados, mas os modelos e imagens construídos pelos meios de comunicação de massa que acabam por manipular esses viajantes no que diz respeito à escolha de determinados lugares, bem como contribuem para uma série de valores e expectativas que, muitas vezes, não correspondem à realidade. Isto torna a viagem apenas uma busca de imagens mentalizadas e não um meio de aprender a olhar para dentro de si mesmo e, através da visão direcionada ao mundo exterior, enxergar o outro lado e conhecer a paisagem em sua plenitude.

Nessas circunstâncias, a vivência do turista com os lugares ocorre apenas por meio da intimidade com as máquinas fotográficas e pela fabricação automática de imagens. Esse tipo de viajante, normalmente, não estabelece com a paisagem [...] “unas relaciones de tipo sensorial, emotivo, afectivo demasiado fuertes. Y es ahí donde se constata con evidencia como un paisaje puede convertirse simplemente en un paisaje espectáculo” [...] (NOGUÉ I FONT, 1992, p. 94). E, como ressalta Carlos (1996), acabam por ignorar a identidade dos lugares, banalizando-os, pois produzem a não-relação, o não-conhecimento.

Por outro lado, o turismo pode ser um caminho para uma revalorização das áreas naturais, perdidas no ritmo veloz das cidades da era da comunicação de massa. O olhar turístico, atraído por “paisagens naturais”, pode conduzir o imaginário coletivo a uma nova valorização da natureza e da cultura, portanto das unidades de conservação.

Por meio desse olhar, o contato com a natureza, através do turismo, resulta na capacidade de o viajante interpretar as paisagens e



Cachoeira do Salto



Vegetação do Cerrado

conhecer os seus significados e valores, sendo conduzido a uma relação afetiva para com as mesmas. Certamente isso proporcionará ao turista um acréscimo de conhecimentos e vivências com os locais visitados, encorajando-o a fazer parte da criação de sua própria prática turística. Tal fato, certamente, tornará o indivíduo responsável pelas paisagens e divulgador dos lugares e da experiência vivida neles.

O turismo, também, deve propiciar à população local conhecimentos que viabilizem formas de ver a paisagem não somente como um produto a ser comercializado, mas acima de tudo que reconheça nela parte de sua história, do seu modo de vida, das suas lembranças, enfim, sua identidade. Quando o morador tem plena consciência do valor do seu lugar, ele se dá conta de que a conservação é vital. Assim, também, será capaz de informar ao turista sobre a maneira de realizar uma visita prazerosa e responsável. Transmitindo isso ao visitante, o morador constitui um canal para a sensibilização quanto ao uso das paisagens e ao tipo de turismo que deseja. Sob essa ótica, o turismo afirma-se como uma atividade centrada no ser humano, [...] “no enriquecimento cultural do visitante, através do fortalecimento cultural de quem o recebe” (AULICINO, 1999, p.34).

Os seres humanos são os vértices da conservação e do bom funcionamento das unidades de conservação. No caso dos parques nacionais, não só os visitantes, mas também os guias e funcionários e, principalmente, a população que vive dentro ou no entorno destas unidades. Em decorrência, a conservação dos recursos paisagísticos com uso turístico compreende inúmeras variáveis pertinentes ao planejamento e manejo em suas dimensões objetivas e subjetivas e, essencialmente, requer a interação entre turismo e educação. A educação atende a uma cuidadosa prática da atividade turística em áreas de conservação, pois contribui para uma relação equilibrada entre as formas de uso que o indivíduo ou o grupo constrói em relação a um determinado espaço e suas paisagens. Ao mesmo tempo, o turismo pode ser um fator educativo na difusão do respeito ao patrimônio de uso comum e na convivência mais harmoniosa entre as pessoas (BARRETO, 1998).

A realização de uma educação, enquanto processo permanente com base nas preocupações ambientais e transformação de mentalidades, possibilita a preservação dos valores naturais e culturais, os quais sustentam a atividade turística. Em contrapartida, o turismo é um caminho para a busca de uma qualidade de vida que valoriza novos conhecimentos, auto-reflexão, oportunidades de interação e equilíbrio com meio ambiente.

O grande desafio para que o turismo possa atuar como manifestação ética, estética e cultural do tempo livre está, essencialmente, na formação profissional. Essa mudança, provavelmente, acontecerá quando forem exigidas pelos planejadores e consumidores do produto turístico qualificações profissionais e não somente capital para se montar empresas operadoras de turismo (BARRETO, 1998). Torna-se relevante que essas qualificações profissionais sejam fundamentadas na área humanista e cultural com criatividade para elaboração e desenvolvimento de trabalhos que norteiam a inter-relação tu-



Paredões e Vale na chegada aos Saltos

rismo e ambiente, proporcionando aos participantes dessa atividade informações que podem ser utilizadas ao operar, receber, visitar e/ou conduzir grupos em áreas voltadas para conservação do ecossistema e valorização das comunidades locais. Caminhando nessa direção, o ecoturismo terá uma conotação ambiental e social séria, positiva, de construção articulada com um profundo contexto transformador (CASCINO, 2000).

As reflexões abordadas, que entendemos como contribuições que orientam a prática de um turismo desejável, estão longe de esgotar o universo de possibilidades e saberes a serem oferecidos àqueles que, de alguma forma, fazem o turismo. Esperamos que elas possam somar-se a muitos outros elementos que o tema desse ensaio sugere.

Referências

- ALMEIDA, M. G. de. Lugares turísticos e a falácia do intercâmbio cultural. In: _____ (Org.). *Paradigmas do turismo*. Goiânia: Alternativa, 2003.
- AULICINO, M. P. Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (Org.). *Turismo e ambiente; Reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARRETO, M. O grand tour revisitado. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (Org.). *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998.
- CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASINO, F. Pensando a relação entre educação ambiental e a atividade turística. In: SERRANO, Célia M.T.; BRUNHS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.
- EMBRATUR/IBAMA. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília, 1994.
- LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, C.; BRUNHS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.
- NOGUÉ i FONT, J. El paisaje existencial de cinco grupos de experiencia ambiental. Ensayo metodológico. In: BALLESTEROS, Aurora García (Ed.). *Geografía y humanismo*. Barcelona-Espanha: Oikos-tau, 1992.
- SERRANO, C. M. de T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, Célia M. T.; BRUHNS Heloisa T. (Orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizações locais. Brasília, 2001.
- SILVA, C. A da. Paisagem campo de visibilidade e de significação sociocultural: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Vila de São Jorge., Goiânia, Goiás: Dissertação de Mestrado em Geografia, UFG, 2003.
- TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

Turismo Responsável e Educação Profissional

BROGNOLI, Angela F.; HICKENBICK, Cláudia; CARRELAS, Daniela de C.; TEIXEIRA, Fátima Regina; AMORIM, Telma P. P.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina

Palavras-chave: Turismo Responsável, Educação, Profissionalização.

RESUMO

O presente artigo trata da educação profissional para o turismo, baseada na idéia de sustentabilidade. Apresenta o trabalho de pesquisa realizado pelo Cefet/SC para identificar as necessidades de profissionalização na área de Turismo e Hospitalidade. Traz à tona o debate existente no meio acadêmico sobre turismo responsável, destacando Florianópolis e a for-



ma como ocorre a prática histórica dessa atividade na cidade. Procura apresentar a educação como alternativa para o turismo e o planejamento para o turismo como estratégia de mudança.

Introdução

Turismo é movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de mais nada, gente. É um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas, e transcende a esfera das meras relações da balança comercial

(Margarita Barretto)

Falar em turismo no Cefet/SC não é novidade. Desde 1998 a preocupação com o turismo, como fenômeno social, permeia as discussões internas da Instituição. Embora toda a sua história, desde a fundação, em 1910, tenha sido de envolvimento e foco no setor secundário da economia, na década de 1990 a instituição, pressionada pelas novas demandas emergentes do setor terciário, inicia um movimento no sentido de atuar junto ao mesmo. Desse modo, passa a oferecer cursos como Técnico em Enfermagem, Técnico de Segurança do Trabalho e Técnico de Informática, que são característicos do terceiro setor. Ao final da década, a profissionalização de trabalhadores para a área de Turismo e Hospitalidade é inserida, também, na prática da instituição.

A primeira experiência efetiva do Cefet/SC com a área de Turismo e Hospitalidade deu-se em parceria com a Escola Sindical Sul I. Essa parceria estabelecia o compromisso e a co-responsabilidade de ambas as instituições na tarefa de formar técnicos de nível médio para o mercado de trabalho.

A concepção dessa parceria concretizou-se com a estruturação de dois projetos de cursos: Técnico de Turismo e Técnico de Hotelaria. No entanto, a implementação desses projetos não foi realizada pelo mesmo grupo que os idealizou, resultando em mudança de perspectiva e conseqüente encerramento da parceria, com a formatura da terceira turma, em 2003.

O término da parceria com a [Escola Sindical Sul] não diminuiu, no entanto, o interesse e o senso de responsabilidade do Cefet/SC no que diz respeito à área em questão. Assim, ciente de sua importância como centro de educação profissional, e do significado de sua inserção no estado de Santa

Catarina, considerado pólo receptor de turismo nacional e internacional, o Cefet/SC resolve retomar a sua participação na qualificação de trabalhadores para essa área de atividade.

Desse modo, em março de 2003, reinicia o envolvimento com a área de Turismo e Hospitalidade, instituindo uma comissão temporária para estudá-la preliminarmente. A comissão, denominada Comissão de Análise para Implementação de Cursos Profissionalizantes de Níveis Básico, Técnico e Superior de Tecnologia na Área de Turismo e Hospitalidade, é constituída por cinco docentes, cuja experiência profissional varia do ensino médio e técnico, ao tecnológico, atuando com públicos diferentes e em diferentes áreas de conhecimento.

A constituição multidisciplinar da comissão é um aspecto que merece destaque pela possibilidade de realização de leituras diferentes acerca de um mesmo objeto ou fato. Além disso, a área de turis-

Organismo pertencente à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

mo, por sua natureza ampla, requer uma postura interdisciplinar dos agentes envolvidos.

Segundo Moesh (2002, p.43):

[...] o olhar interdisciplinar, que possibilita a troca e a cooperação, possibilita a organicidade, estabelecendo pontos entre ciências e disciplinas não comunicantes que, por meio do fenômeno turístico, são ultrapassadas e conservadas, apontando a permanente incompletude do processo de investigação teórico, desafio posto para os sujeitos implicados numa concepção de sustentabilidade prática e teórica para o turismo do próximo milênio.

A identificação da área a ser estudada, a definição dos limites para o estudo e o estabelecimento da metodologia a ser utilizada foram o ponto de partida no trabalho da comissão.

Integram a área de Turismo e Hospitalidade as atividades relativas a turismo, hotelaria, gastronomia e eventos. Tais atividades aparecem evidenciadas de forma bastante clara nas instruções normativas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, quando define, em sua Resolução 3/99 e Parecer 436/01, as atividades de formação profissional, inter-relacionadas ou não, referentes à oferta de produtos e à prestação de serviços turísticos e de hospitalidade. Essas instruções estabelecem que para o nível técnico, ou seja, operacional, os serviços turísticos incluem agenciamento e operação, guiamento, promoção do turismo e organização e realização de eventos; e, também, hospitalidade, que inclui os serviços de hospedagem e de alimentos. Para o superior, incluem as atividades em nível tático nas diferentes fases da produção de bens e serviços, desenvolvidas num processo que inclui planejamento, promoção e venda e gerenciamento da execução do turismo, da hotelaria, da gastronomia e de eventos.

A amplitude da área de Turismo e Hospitalidade é um fator que dificulta o seu estudo e, por isso, obrigou a comissão a restringir o trabalho de pesquisa a três, dos quatro setores em que a área se divide: meios de hospedagem, eventos e guiamento. O setor de Gastronomia, o quarto setor da área, foi deixado de fora por uma questão estratégica. As condicionantes, em termos de estrutura física e humana necessárias para o funcionamento desse setor, não permitem que o Cefet/SC, considerando suas atuais limitações em termos de laboratórios e profissionais especificamente qualificados, possa nele atuar, no médio prazo. Assim, esse setor deverá ser estudado num momento futuro, tão logo exista a condição de criação de cursos a ele relacionados.

Considerando os três setores a serem estudados e suas particularidades, a comissão decidiu adotar uma metodologia de estudo independente para cada um. As metodologias adotadas vão desde pesquisa de mercado e pesquisa de campo do tipo observatória, a entrevistas, pesquisas bibliográficas, promoção e audiência de palestras e debates com professores, acadêmicos e, também, consultas à rede internacional de computadores.

O trabalho de pesquisa é realizado com a clareza de se ter dois objetivos a alcançar: identificar as necessidades de profissionalização na área de Turismo e Hospitalidade; e propor alternativas de cursos para supri-las. A sua espinha dorsal é a idéia de sustentabilidade. E, as ações da comissão são desenvolvidas com base em

Angela F. Brognoli é mestre em Letras — Inglês e Literatura Correspondente — Análise do Discurso/UFSC; coordenadora da Parte Diversificada do Ensino Médio (período de 2000/2002); pesquisadora do Laboratório de Imagem e Oralidade (LIO); prof^a de Inglês do Cefet/SC.

Cláudia Hickenbick é especialista em História Social; pesquisadora do Laboratório de Imagem e Oralidade (LIO); coordenadora da Parte Diversificada do Ensino Médio (2005); prof^a de História do Cefet/SC.

Daniela de Carvalho Carrelas é mestre em Turismo e Hotelaria/Univali; coordenadora dos Cursos de Turismo e Hotelaria do Cefet/SC (2002); Especialista da área de Turismo e Hospitalidade do MEC/Setec desde 2003; pesquisadora do Laboratório de Imagem e Oralidade (LIO); coordenadora da Parte Diversificada do Ensino Médio (2004); prof^a de Espanhol do Cefet/SC.

Fátima Regina Teixeira é mestre em Eng^a de Produção — Ergonomia/UFSC; pesquisadora do Laboratório de Imagem e Oralidade (LIO); prof^a de Recursos Humanos do Cefet/SC.

Telma Amorim é graduada em Letras Português e Língua Estrangeira/Inglês; coordenadora dos Cursos de Turismo e Hotelaria do Cefet/SC — período de 1999/2003; coordenadora da Parte Diversificada do Ensino Médio (2004); pesquisadora do Laboratório de Imagem e Oralidade (LIO); prof^a de Inglês do Cefet/SC.

dois princípios fundamentais: o da 'profissionalização responsável', que se refere à formação do indivíduo pautada na valorização e zelo pelas questões sócio-ambientais; e, o da regulamentação normativa, que se refere à observação e respeito aos pareceres e resoluções que regulam a educação profissional brasileira.

A crença na possibilidade de transformação do turismo a partir da educação é o principal fator de motivação da comissão para a realização do trabalho. Essa crença está vinculada à necessidade de se considerar os diversos aspectos e agentes envolvidos: o meio ambiente onde o turismo é praticado (aspectos ecológicos e de sustentabilidade); a comunidade receptora (aspectos culturais); o turista que desfruta do aparato existente (aspectos comportamentais); o profissional de turismo que atua na linha de frente e nos bastidores dos inúmeros setores dessa atividade, quer como empregado, quer como empresário (aspectos profissionais e econômicos); e o educador que prepara o profissional para o mercado (aspectos éticos e orientacionais), entre outros.

Para a Comissão, voltar a inserir a área de Turismo e Hospitalidade no Cefet/SC, significa mais que simplesmente voltar a incluí-la dentre os cursos oferecidos semestralmente pela Instituição. Significa, antes, dirigir um olhar para essa área na tentativa de vê-la de uma forma mais crítica e, quem sabe, mais real. Significa, discutir a relação entre sustentabilidade ambiental e formação profissional. Significa, ainda, definir para a instituição uma posição e assumi-la, no debate sobre os rumos do turismo em Florianópolis e em Santa Catarina, respeitando os fóruns de discussão já existentes, ou mesmo, criando novos fóruns.

Estudo da Área

A pesquisa sobre a área de Turismo e Hospitalidade começa pelo setor de meios de hospedagem, que é o mais abrangente dos três setores selecionados e também o que emprega uma maior variedade de profissionais. O estudo do setor foi realizado a partir de uma pesquisa mercadológica por amostragem, elaborada juntamente com alunos do Ensino Médio do Cefet/SC, na Parte Diversificada – PD.

A pesquisa mercadológica teve por objetivo identificar duas situações: o perfil dos profissionais que atuam no setor, em Florianópolis, considerados os potenciais alunos de cursos na área; e os cursos de que o mercado necessita.

Com referência aos recursos humanos que o setor emprega, constatou-se que, embora o nível de escolaridade predominante seja suficiente para a maioria das funções desempenhadas, ainda falta formação profissional específica para os trabalhadores, o que interfere necessariamente na qualidade dos serviços executados. Tal situação pode estar atrelada à inexistência de um mercado de formação profissional consolidado. Além disso, o regime de contratação temporária de recursos humanos, prática comum vinculada à sazonalidade do setor, acentua o amadorismo característico da área que permeia suas atividades como um todo.

Assessorada por técnico do IBGE e estatístico do Cefet/SC.

O Ensino Médio do Cefet/SC conta com uma Parte Diversificada – PD, que no quadro curricular da escola brasileira pretende atender melhor as diferenças regionais. Através do projeto Viagens e Imagens, da Parte Diversificada, primeira edição, discutiu-se a turistificação dos espaços em Florianópolis. Diante do 'divulgado' potencial turístico de Florianópolis e da discutida necessidade de formação de profissionais na área, os alunos entraram em contato com uma realidade em que poderão estar atuando futuramente, além de adquirirem a consciência do turismo em Florianópolis, com suas fortes contradições.

Com relação aos cursos de qualificação necessários, encontrou-se um mercado que apresenta necessidade de profissionalização nos níveis básico e técnico, em desacordo com o setor educacional, que tem oferecido um grande número de cursos superiores em Turismo e Hotelaria. A pesquisa indicou, por exemplo, que as funções de camareira, recepcionista e serviços gerais são as que mais empregam e ao mesmo tempo as que mais apresentam problemas de qualificação que dificultam a contratação.

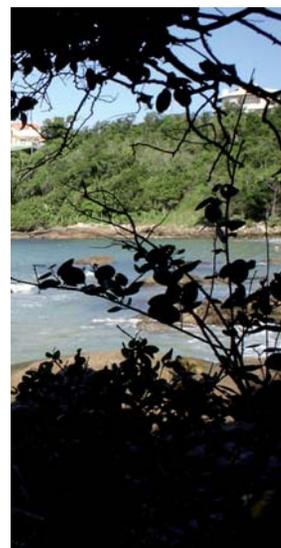
Convém ressaltar, ainda, que esse setor está desarticulado. Essa observação fica evidenciada, logo no início da pesquisa, quando da definição do universo a ser pesquisado. Existe, também, nesse setor, uma grande informalidade, que se caracteriza pelos empreendimentos familiares, os quais apresentam estrutura informal de organização, na qual os membros da família executam múltiplas funções. Tais estabelecimentos mantêm suas atividades suspensas nos períodos de baixa temporada, o que reforça a tese de amadorismo e sazonalidade do setor.

Após o estudo do setor de Meios de Hospedagem, passou-se ao de eventos. A pesquisa objetivou realizar um panorama do setor e identificar as suas necessidades. Segundo a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), apesar da tradição de sazonalidade, grandes eventos esportivos e de negócios têm garantido um fluxo mais constante de visitantes e preparam a cidade para se tornar, num futuro próximo, referência nacional e internacional em turismo de negócios e de eventos. Vale lembrar, que não apenas os grandes eventos, mas sobretudo os eventos de pequeno e médio porte caracterizam-se como oportunidades de atuação para profissionais de diversas frentes.

A primeira aproximação com esse setor aconteceu através da realização, no Cefet/SC, de um debate, que reuniu profissionais do setor para discutirem as necessidades existentes nesse segmento. O debate revelou o despreparo e a carência de pessoal qualificado para atuar nesse mercado, nas mais diversas funções, isto é, desde o planejamento e organização até a realização de eventos propriamente dita.

Posteriormente foram realizadas pesquisas de campo em eventos ocorridos em Florianópolis, sendo um esportivo e um acadêmico. O trabalho combinou entrevistas (com realizadores e participantes), filmagens dos eventos e observação com registro sobre o funcionamento dos mesmos. Em outra pesquisa, desenvolvida a partir de dados extraídos da Internet, foi construída uma “linha do tempo” dos eventos, de tal modo a demonstrar a sua periodicidade. Essas pesquisas identificaram, de um lado a escassez de estrutura de apoio física e humana e, de outro, a crescente ocorrência de eventos de todas as ordens, o que revela a necessidade de incentivo educacional para a formação de profissionais diretamente ligados ao setor, e incentivo econômico para aqueles indiretamente envolvidos, ou seja, relacionados à infra-estrutura, como por exemplo, montadores de estandes, operadores de som, etc.

Por último, a comissão participou, juntamente com alunos da PD, Projeto Viagens & Imagens, de uma palestra na Universidade Federal



Na segunda edição do projeto Viagens & Imagens, da Parte Diversificada, pesquisou-se o Setor de Eventos.

de Santa Catarina preparada por empresário do ramo de eventos, com o propósito específico de discutir o setor e situar Florianópolis como pólo realizador de eventos, bem como definir o perfil do profissional necessário ao setor. Mais uma vez, no discurso de um profissional do ramo, Florianópolis aparece evidenciada como um mercado promissor para eventos, resguardadas as carências profissionais e de infra-estrutura já discutidas.

Finalmente, o setor de guiamento foi o terceiro a ser estudado. O estudo resumiu-se a pesquisas on-line e telefônicas, realizadas com órgãos oficiais responsáveis pela sistematização de informações relativas ao setor. Inicialmente pesquisou-se na Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR), as necessidades de demanda do setor e, posteriormente, na Embratur, as ofertas de profissionalização para o mesmo.

As últimas pesquisas publicadas pela Santur, indicam que em 2004 a demanda turística catarinense cresceu na maioria das cidades. Isso representa impacto direto no setor, uma vez que o guia turístico, conforme exposto no Decreto nº 946/93, artigo 4º, parágrafo I, promove “a recepção, o traslado, o acompanhamento, prestação de informações e assistência a turistas”. O mesmo decreto reforça a necessidade de formação de guia ao determinar, no Artigo I, a obrigatoriedade do acompanhamento a pessoas ou grupos em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas.

Em contrapartida, a Embratur aponta que no período de 2002 a 2004 foram cadastrados 30 (trinta) estabelecimentos para a oferta de cursos de guias de turismo em Santa Catarina. Dentre esses, os pertencentes à rede Senac apresentam-se como maioria, somando dezessete. Outras onze entidades particulares aparecem cadastradas: Assesc, Colégio Nova Era e Associação Francisquense, entre outros. O Cefet/SC e a Escola Agrotécnica de Sombrio aparecem como as únicas instituições públicas registradas no cadastro da Embratur. No entanto, embora cadastrado, o Cefet/SC formou somente sete guias e, no momento, não mais atua na formação desses profissionais. Portanto, atualmente apenas uma entidade pública oferece curso gratuito para esse setor.

O crescimento da demanda turística em Santa Catarina, por si só, representa a necessidade de investimentos em todos os setores ligados à área de Turismo e Hospitalidade e de regulamentação no que diz respeito ao uso e ocupação dos espaços e à própria exploração econômica das atividades de turismo. Os investimentos devem partir tanto da iniciativa privada, que sobrevive, em grande parte, da exploração dessas atividades, quanto do poder público, que delas se beneficia pela arrecadação fiscal que originam.

Ao término do estudo, algumas certezas estabeleceram-se à Comissão. A primeira delas é a de que o mercado no segmento de Turismo e Hospitalidade é real e cresce de forma acelerada. A segunda é a de que também é real a existência de oportunidades de trabalho e de geração de renda nos três setores estudados. Outra certeza é a de que esse mercado tende a crescer em termos qualitativos à medida que ocorre a sua profissionalização.

Dado fornecido pelo Sr. Átilo José de Medeiros, Gerente Regional do Ministério do Turismo, segundo cadastro disponível no site www.cadastro.turismo.gov.br

Turismo Responsável: Um Debate Necessário

Trazer novamente a área profissional de Turismo e Hospitalidade para dentro do Cefet/SC é trazer, também, todo o debate que a cerca. Se o turismo responsável, como teoria, é bandeira de todos os segmentos da sociedade (cientistas, empresários, leigos, viajantes e, claro, ambientalistas), como prática, quase que inexistente. Krippendorf (2000), revendo as três últimas décadas do século XX, lembra que nos anos 1970 os cientistas começaram a reivindicar um turismo equilibrado, nos 80 foram traçadas estratégias de ação, e nos 1990 a economia do turismo tomou para si a idéia de turismo responsável.

Segundo Krippendorf (2001, p.8):

surgem, em abundância, modelos inspirados na ecologia, conceitos de marketing, códigos de comportamento para turistas, selos de qualidade para produtos turísticos de toda espécie, manuais de gerenciamento ambiental, listas de controle ambiental. Empresas e instituições de turismo nomeiam seus próprios encarregados para questões do meio ambiente. Argumentos ecológicos são utilizados em número cada vez maior, em estratégias de propaganda e de venda. Os críticos praticamente se calam. O Grupo de Trabalho Turismo com Conscientização, fundado em 1986 dissolve-se em 1992, ultrapassado pela linha verde do próprio ramo.

Entretanto, conclui o autor, o turismo social e ecologicamente responsável não aconteceu ainda. Ou seja, em termos teóricos, debates, documentos, teses, princípios, houve avanços, mas a natureza e a cultura não começaram ainda a se beneficiar dessa teoria. Segundo o mesmo autor, “o único caminho evolutivo a ser seguido é o do crescimento qualitativo” (KRIPPENDORF, 2001, p. 20). Ele sugere princípios básicos para o desenvolvimento do turismo em harmonia com o homem e a natureza a fim de conciliar turismo responsável e qualidade de vida local.

Ao mencionar a visão otimista desse e de vários autores sobre a questão, Ouriques (1998) ressalta que eles “não consideram a luta de classes” existente na sociedade. O autor considera utópica a possibilidade concreta da existência do turismo responsável, uma vez que parece ser inviável, na sociedade capitalista, colocar qualidade de vida acima da situação de exploração que visa ao lucro. Ouriques ainda aponta que essa área profissional baseia-se em duas ilusões: a de geração de empregos locais, já que esses são provisórios; e a de atividade ecologicamente correta, já que o turismo sempre interfere no meio ambiente e, geralmente, o danifica.

Seria, então, considerar inócua qualquer iniciativa no sentido de educar para o turismo? Seria impossível a exploração econômica do turismo de forma menos predatória? Seria impossível reler o turismo a partir do conceito da sustentabilidade e criar uma nova mentalidade para a sua prática? Esses são questionamentos necessários na discussão sobre a profissionalização para o turismo.

O Debate Local

Ilha de Santa Catarina, Capital Turística do Mercosul, Ilha da Magia são denominações da cidade que tentam traduzir sua ‘vocação’. Ao questionar essa vocação de Florianópolis para o turismo, Tornquist (1996, p.11) enfatiza a contradição:



Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Turismo, em Joinville/SC, no ano 2000.



a busca das belezas naturais é o principal motivo da vinda de turista para cá, mas a expansão rápida dos empreendimentos começa a prejudicar a própria qualidade de vida da Ilha, destruindo paisagens e recursos não- renováveis, colocando em risco a própria atividade turística e a qualidade de vida dos moradores da região. O subemprego, a favelização, a exclusão, a depredação de recursos naturais e o uso privado de bens públicos se mescla a um turismo de 'padrão internacional'.

Ouriques (1998) ressalta a notável expansão da atividade turística em Florianópolis, a partir dos anos 1980, com mudanças sócio-espaciais em que o estado ocupou papel de destaque. O asfalto possibilitou essas mudanças mais rapidamente. Os negócios hoteleiros expandiram 100% em 10 anos; a valorização do preço da terra resultou na expulsão das áreas de marinha de muitas famílias de agricultores e pescadores, levando atividades tradicionais à decadência, em benefício das classes mais abastadas. A orla marítima virou monopólio privado.

O turismo aconteceu em Florianópolis como via de regra acontece em todo lugar. Os espaços da cidade passaram a ser "turistificados" sem preocupações ambientais, socioculturais e sem discussão com a comunidade. Por despreocupação ambiental e sociocultural, entende-se, não apenas a destruição de espaços naturais e a expulsão de comunidades tradicionais mas, a "distorção cultural originada pelas imagens criadas pelo marketing turístico, (...) uma padronização das tradições socioculturais sem distinção das características da população visitada e de outras de cultura semelhante" (SILVA, 2001 p.177).

Ferreira (1992), em sua tese *TURISMO E DESENVOLVIMENTO URBANO – AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIO-AMBIENTAL DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA DE SANTA CATARINA*, ressalta a necessidade de se ampliarem as formas tradicionais de compreensão do desenvolvimento turístico e critica o processo econômico da atividade turística em Florianópolis, pela ausência de políticas públicas que inibam os impactos sócio-ambientais decorrentes do turismo convencional. Ressalta, também, a ocupação turística intensiva do litoral, resultante do fenômeno da segunda residência e do investimento de empresas privadas. Considera que além de descaracterizar a paisagem, esse fato desestrutura as comunidades litorâneas, uma vez que atividades tradicionais como a pesca artesanal são substituídas por trabalho ligado ao turismo sazonal.

Ainda para o autor, o Plano Diretor dos Balneários, aprovado em 1985, tinha como objetivo considerar tendências históricas e barreiras naturais que podem condicionar a ocupação dos balneários, bem como promover a racionalização do potencial turístico da Ilha de Santa Catarina, criando zonas específicas para o turismo. O plano propunha a criação de cooperativas de pesca e associações de artesãos, com o apoio do programa Cidades de Porte Médio. Além disso, apontava deficiências a serem superadas nas áreas de educação, saúde, promoção social, saneamento básico, sistema viário, comércio, serviços e recreação. Por último, demarcava áreas de uso urbano e não urbano (Área de Preservação Permanente – APP, e Zonas de Exploração Rural – ZEP). No entanto, esse plano não se concretizou.

O crescimento desordenado de Florianópolis, relatado por Ferreira (1992), aparece, também, na pesquisa de Ouriques (1998,

p.123) realizada em 1995, com trabalhadores do turismo. Além da informalidade e sazonalidade presentes na área, o estudo revela “intensas e extensas jornadas de trabalho e baixas remunerações”, bem como a falta de qualificação e de conscientização dos trabalhadores a respeito de seus direitos.

A pesquisa desta comissão, realizada em 2003, em estabelecimentos de hospedagem, confirma a presença da sazonalidade somada ao amadorismo. Percebe-se que esse quadro que vem se estabelecendo há tantos anos nas condições de trabalho na área de turismo, cria um círculo vicioso que traz conseqüências negativas para todas as partes envolvidas: empresários, empregados, turistas, comunidade receptora e meio ambiente. Para reverter esse círculo acredita-se que o investimento em profissionalização responsável seja um caminho, uma vez que a mudança em qualquer segmento que o componha pode implicar na sua quebra.

Apesar dos avanços nas discussões e críticas dos pesquisadores, a concepção de turismo divulgada por organismos oficiais é outra. Dados, acompanhados de cifrões indicando quantos dólares cada turista deixa na cidade, refletem a visão economicista que visa ao lucro a curto prazo, e traz prejuízos a médio e longo prazo. De acordo com a Embratur (2004), a capital de Santa Catarina é o segundo destino turístico de estrangeiros em todo o Brasil, e o terceiro em número absoluto de visitantes. Questões como o limite máximo de turistas que a Ilha de Santa Catarina pode suportar, e todos os problemas em relação ao impacto no meio ambiente e na comunidade local, não têm sido priorizadas pelo poder público, e tampouco pelo setor empresarial. Isso fica evidenciado a cada notícia em que são registrados como positivos dados que se superam: mais turistas, mais estradas, mais restaurantes, mais eventos, mais divisas. As preocupações elencadas no Plano Diretor dos Balneários, há vinte anos, e a sua não-efetivação, não apenas em Florianópolis, mas em Santa Catarina, arrisca-se dizer, não impedem os meios de comunicação de divulgarem o Estado como um lugar privilegiado sob os aspectos da exuberância da natureza e da segurança pública.

É inquestionável o crescimento da prática turística em Florianópolis. É inquestionável o esforço do poder público no sentido de divulgar o turismo enquanto “vocação” da cidade. No entanto, há que se questionar a forma como o turismo é praticado e o planejamento da cidade para suportar a atividade. Há que se questionar, também, se as iniciativas de educação para o turismo que vêm sendo realizadas têm a preocupação com a sustentabilidade que a atividade merece e necessita.

Considerações Finais

Não se tem a prática de pensar a longo prazo, seja em direção ao futuro ou ao passado, mas pode-se compreender, com a História, que nada é de hoje, nem para hoje. A primeira crítica ambiental brasileira data do século XVIII e situa-se em um contexto de debate internacional, que só se acentuou no Brasil e no resto do mundo, na década de 1970, do século passado. A educação opera a longo prazo e insere-se nes-





se contexto não só fomentando o debate, como também apresentando propostas concretas e transformadoras da realidade. Como educadoras, as integrantes desta comissão incluem-se no debate, necessário sempre, especialmente numa sociedade predominantemente materialista, cuja tendência é para a padronização dos espaços, o que, na incipiente teoria do turismo, convencionou-se chamar de não-lugares.

A qualificação profissional para o turismo pode ser alavancada através de cursos públicos e gratuitos que promovam a profissionalização responsável de trabalhadores. Pretende-se, de um lado, qualificar profissionais para minimizar impactos ambientais e sociais, na comunidade receptora. De outro, contribuir para a inclusão social, preparando esses profissionais para se adequarem às exigências do mercado, facilitando a sua empregabilidade.

Mesmo não creditando à educação a responsabilidade total pela solução dos problemas sociais, acredita-se poder interferir, através dela, no processo exploratório da atividade turística. Educar para o turismo não implica somente ofertar cursos na área, mas também atuar de forma ampla, orientando olhares e atitudes que contribuam no sentido da sustentabilidade. Implica contribuir para melhoria nas condições de trabalho dos indivíduos que atuam na área, bem como nas condições de vida da comunidade receptora, além de oferecer serviços de qualidade ao turista. E, implica ainda, em contribuir na elaboração de políticas públicas coerentes com o pensamento expresso neste artigo.

Existe necessidade de mudança de atitude dos agentes envolvidos com turismo: empresários, considerando a forma como se posicionam em relação à atividade; trabalhadores, considerando o perfil necessário e a forma como se apresentam qualificados para o trabalho; e dirigentes públicos, cuja ação deve seguir na direção das necessidades existentes. As necessidades de qualificação para a área existem e estão comprovadas, cabendo ao poder público fomentar os cursos profissionalizantes para supri-las.

Referências

- FERREIRA, F. A. C. Turismo e desenvolvimento urbano – avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina: estudo de caso do projeto Jurerê Internacional. 1992. 178f. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas, 1992.
- KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.
- MOESH, M. M. In: Turismo: investigação e crítica. Para além das disciplinas: o desafio do próximo século. São Paulo, Contexto, 2002, p.25-44.
- OURIQUES, H. R. Turismo em Florianópolis: uma crítica à indústria pós-moderna. Florianópolis: UFSC, 1998.
- PÁDUA, J. A. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Editora, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Balanço social 2001. O município. Florianópolis, 2002. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/cidade/balanco_social/o_municipio.htm> Acesso em: 29 outubro 2004.
- SILVA, Y. F. Pobreza, violência e crime – conflitos e impactos sociais do turismo sem responsabilidade social. In: BANDUCCI Jr., Álvaro e BARRETTO, Margarita (Orgs.). Turismo e identidade local: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- TORNSQUIST, C. S. Florianópolis tem realmente vocação para o turismo? Diário Catarinense, Florianópolis, 27 março 1996. Caderno DC Documento, p.11.
- VELOSO, M.; SANTOS FILHO, J. dos. Direcionamento para uma verdadeira política nacional de turismo: propostas ousadas. Disponível em: <www.estudosturisticos.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=2530> Acesso em: 05 abril 2004.

Necessidades Formativas do Técnico em Turismo

SANTOS, Adriana P. Q. R. e S. O.

**Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas
Unidade Descentralizada de Marechal Deodoro**

Palavras-chaves: Formação, Técnico, Turismo.

A reflexão a ser aqui apresentada, sobre o que é “velho” e o que é “novo” em termos de qualificação, competências e habilidades na construção de um perfil profissional, resulta de observações feitas durante pesquisa de mestrado realizada em Maceió/AL, a partir de uma análise e da contextualização das mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, em decorrência das transformações nas empresas em termos organizacionais; e de uma interpretação do atual estágio da educação profissional na formação de trabalhadores para a vida produtiva e social.

Ser comunicativo, dinâmico e criativo são características “novas” ou “velhas”? Parece que tudo depende da estratégia pedagógica utilizada pela instituição de ensino, no momento em que direciona as potencialidades de sua mão-de-obra – educadores – e a vocação da comunidade escolar – futuros trabalhadores –, para transformar ou não modelos produtivos que não atendam mais às necessidades humanas dentro de um processo histórico.

As exigências do mercado, a necessidade de pessoas mais capacitadas dentro dos próprios órgãos governamentais de turismo, a visão dos educadores e dos empresários entrevistados, conduziram os estudos realizados na pesquisa de mestrado intitulada *Necessidades Formativas do Técnico em Turismo de Alagoas: uma análise frente às novas exigências da reestruturação produtiva*. O produto final da referida pesquisa foi a identificação de algumas necessidades formativas, especificamente dentro do curso analisado – o curso Técnico em Turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas, da Unidade de Ensino Descentralizada de Marechal Deodoro, as quais são destacadas a seguir.

Primeiramente, vem a necessidade de uma maior conciliação entre teoria e prática desde o início do curso técnico, com a utilização de laboratórios, simulações, visitas técnicas e práticas pedagógicas que estimulem a capacidade do aluno de articular novos conhecimentos e aplicá-los em suas atividades profissionais. Essa necessidade formativa foi uma unanimidade em praticamente todas as entrevistas realizadas com os professores do Curso Técnico de Turismo da Unidade Descentralizada de Marechal Deodoro do Cefet de Alagoas.

Os alunos ao se referirem ao curso de turismo também confirmam essa necessidade de uma maior conciliação entre teoria e prática, destacando a importância da realização de estágios, utilização da informática (internet) e simulação de situações do dia-a-dia em

Adriana P. Q. R. e S. O Santos é mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), linha de pesquisa Educação e Trabalho, professora de Direito e Legislação do Curso Técnico em Turismo e dos Cursos Superiores de Tecnologia em Turismo e em Hotelaria da Uned de Marechal Deodoro do Cefet/AL Membro da Comissão de Especialistas da área profissional de Turismo e Hospitalidade da Setec/MEC.



Fotos: Charles Nodier Cavalcante - Cefet/AL



empresas turísticas, por exemplo, desde o início do curso.

Uma particularidade é que, de acordo com o presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes do Estado, praticamente 70% dos hotéis têm convênio com os cursos de turismo ministrados por instituições do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Espírito Santo e que, em tempos de alta estação, 10% a 15% dos hotéis recebem estagiários desses locais. Isso demonstra a necessidade de se intensificar a relação escola/empresa para que essa “importação” de mão-de-obra não acabe por inviabilizar a inserção no mercado dos profissionais formados em Alagoas.

As relações interpessoais, aliadas ao desenvolvimento de uma boa comunicação (verbal e corporal), são necessidades na qualificação do técnico consideradas essenciais na questão do atendimento ao turista, visto que, segundo alguns entrevistados, é o atendimento que faz a diferença na hora da decisão do turista sobre retornar à cidade ou não.



Ainda foi considerada como responsabilidade do embasamento teórico do técnico, por exemplo, para o exercício da função de consultor de viagens, a preparação em conhecimentos gerais como história geral e do Brasil, aspectos regionais, geografia, história da arte, visando, inclusive, a exploração do turismo cultural. Mas, é na parte técnica mais específica do curso que se identificam às exigências de formação mais significativas, que possibilitem ao técnico ter: noção de planejamento, elaboração de projetos, noção de pesquisa, conhecimento de pelo menos dois idiomas e habilidade com informática, pelo menos, básica.

Na investigação científica realizada, pôde-se confrontar os resultados da pesquisa de mercado efetuada pela instituição de educação profissional, visto que, a partir do perfil profissional construído pelas empresas do setor, identificam-se, como necessárias na formação do técnico, as seguintes habilidades: comunicação verbal, conhecimento de língua estrangeira, conhecimento de história e geografia nacionais, recursos de informática, técnicas de chefia e liderança e técnicas de motivação.



Em face dos inúmeros acontecimentos deformadores da postura e do comportamento de indivíduos que são referências para a sociedade, como os políticos, outra necessidade apontada e que, de certa forma, representa um momento da história do Brasil e do mundo, foi a preparação do Técnico em Turismo baseada numa postura ética.

Para Libâneo (1998, p.45), “(...) se a escola silencia sobre valores, abre espaço para os valores dominantes no âmbito social. As escolas devem, então, assumir que precisam ensinar valores”. E acrescenta que o tratamento da questão ética na escola ainda depende de investigações mais consolidadas, mas constitui-se um desafio aos educadores prepararem-se para ajudar os alunos nos problemas morais, tais como a luta pela vida, a solidariedade, a democracia, a justiça, a convivência com as diferenças, o direito de todos à felicidade e auto-realização (LIBÂNEO, 1998, p. 48)



Para a escola em questão, outro grande desafio consiste em conseguir estruturar seu espaço físico, inclusive, para atender às novas exigências na formação profissional, visto que para os alunos entrevistados do Curso Técnico de Turismo da Uned de Marechal Deodoro, hoje, o que mais falta para uma boa formação técnico-profissional é a prática desde o início do curso, através da existência de

uma agência modelo, por exemplo, na própria instituição formadora. Ainda, a permanente atualização dos educadores, investimento em material didático, uma maior iniciativa na organização dos estágios foram outras necessidades apontadas pelos alunos para uma melhor formação do técnico em turismo.

Mas, foi na entrevista de um ex-coordenador do curso que se identificou uma necessidade real na formação do trabalhador criativo, inovador, participativo, dinâmico, integrado com princípios morais e éticos, consciente e crítico que seja capaz de unir teoria e prática, visando a solução de problemas, com planejamento e equilíbrio emocional. Segundo sua análise: “na formação do técnico, deve-se romper a pesquisa para o campo da ação, que inclui muita coisa na atividade turística e não só fazer hotel, fazer pesquisa e modernizar”. E acrescenta, que é preciso interagir o profissional com a comunidade, para que ele participe do processo turístico, porque o retorno da atividade deve vir para a própria população.

Como evidencia Bryan (apud BICUDO, 1996, p. 53, grifo nosso), (...) a cidadania se constrói na medida em que o professor e os alunos adquirem consciência e conhecimentos sobre a realidade, sobre seus limites e possibilidades como cidadãos. Mas, é necessário também vincularmos luta com cidadania, diálogo com outros segmentos dos trabalhadores, diálogo com a população.

Essa visão parece ser mais próxima da concepção omnilateral e retoma a grande questão da formação voltada para uma dimensão mais solidária, humana e cidadã do trabalhador.

Referências

- BICUDO, M. A. V.; SILVA JÚNIOR, C. A. da. *Formação do Educador*. Vol. 3. São Paulo: Unesp, 1996.
- LIBÂNEO, J. C. *Adeus Professor, Adeus Professora? novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 1998.
- SANTOS, A. P. Q. R. e S. O. *Necessidades Formativas do Técnico em Turismo: uma análise frente às novas exigências da reestruturação produtiva*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Dissertação de Mestrado, 2000.

Turismo em Campos dos Goytacazes – Uma Saída Econômica Ecologicamente Sustentável

RAMALHO, Roberta de S.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos

Palavras-chaves: Plano Turístico, A Cidade de Campos, Aspectos Sócio-Ambientais.

O projeto intitulado Análise de Aspectos Sócio-Ambientais dos Pontos Turísticos de Campos dos Goytacazes deu origem a seis monografias da Licenciatura em Geografia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (Cefet/Campos) que se encontram em desenvolvimento no Núcleo de Estudos Geográficos (Negeo) dessa instituição. Este projeto maior visa a diagnosticar os potenciais natural e social do município de Campos dos Goytacazes, com vistas ao desenvolvimento de um plano turístico para a região.

Roberta de S. Ramalho e geógrafa e doutora em Ecologia e Recursos, professora do Curso de Licenciatura em Geografia do Cefet/Campos e Coordenadora do Núcleo de Estudos Geográficos (NEGEO-Cefet/Campos).



O turismo na atualidade vem sendo compreendido como um fenômeno social que mobiliza a economia local e global. Quando se pensa em ecoturismo, alcança-se ainda a dimensão ambiental desse processo, que acaba por possibilitar a recuperação de áreas degradadas e ainda a proteção de áreas ameaçadas por usos diversos e conflitantes. De acordo com Ramalho (2000), o turismo é um fenômeno que não admite estocagem ou reserva, seus recursos são estáveis e “consumidos” no próprio receptivo (lugar ou região onde são desenvolvidas as atividades turísticas) onde são produzidos e comercializados. Tais recursos são também estáticos e imóveis: não podem ser transportados em seu todo ou em partes significativas sem alterações no próprio conjunto potencial; os turistas é que se deslocam para usufruir deles. Em tempos de crise econômica e intensas ameaças ambientais, essa atividade vem sendo estimulada em vários países, pois gera divisas, empregos e também atua como produtora e consumidora de espaços. No período atual, ela representa uma das atividades econômicas mais lucrativas do mundo, ficando somente atrás da indústria bélica e da indústria petrolífera. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), até o início da década de 1990, o turismo gerava cerca de 100 milhões de empregos, movimentando cerca de 430 milhões de pessoas. Estimativas de instituições como a World Travel and Tourism Council e a OMT apontam que, nos próximos anos, os índices de fluxo internacional de turismo, o faturamento e a geração de empregos associados a esse ramo de atividade talvez sejam duplicados. Em nível local de análise, observa-se que a atividade turística direciona investimentos públicos e privados que são voltados para uma determinada área-alvo, com a finalidade de atender aos visitantes. Nesse processo, por vias indiretas, os moradores acabam também se beneficiando com as melhorias oriundas de tais investimentos, o que em linhas gerais acaba se configurando em uma atividade-fulcro para desenvolvimento de pequenas comunidades como as que estão em estudo na presente pesquisa.

O Município de **Campos dos Goytacazes**, situado no norte do Estado do Rio de Janeiro, destaca-se como o maior em extensão, abrangendo 4036 km² (figura 1).

Figura 1: Localização do Município de Campos dos Goytacazes RJ.



Nos últimos anos, tem-se observado um maior interesse do poder público em proporcionar o lazer na região com shows culturais gratuitos nas praças e jardins da área urbana central e na região costeira. A cada temporada de verão tem sido criada uma infra-estrutura com palco para shows musicais gratuitos, implantação de centros comerciais de verão, entre outros de elementos capazes de atrair turistas. Contudo, tais iniciativas não contam com um planejamento turístico capaz de torná-las perenes no tecido urbano. De um modo peculiar, devido à sua extensão territorial, esse município é dotado de uma diversidade de paisagens de muito potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas. Tal fato permite que os próprios moradores do local se desloquem do centro urbano para o interior, fazendo circular divisas, estimulando o desenvolvimento econômico de comunidades rurais e ainda resgatando o legado cultural regional. O fomento às atividades turísticas nesse município poderá constituir um estímulo

capaz de revitalizar a economia, além de oferecer melhores condições de vida a comunidades rurais. Além disso, destacam-se os aspectos de cunho ambiental, uma vez que a região conta com pelo menos quatro áreas potencialmente indicadas para o desenvolvimento da atividade; entretanto tais pontos turísticos ecológicos constituem-se em geossistemas complexos e apresentam processos de degradação em curso.

Das inúmeras paisagens destacam-se as lagoas de Cima e Feia (foto 1 e 2), o maciço da Pedra do Baú e o Pico da Pedra Lisa, localizado no distrito de Morro do Coco (foto 3), além da praia do Farol de São Thomé (foto 4). As lagoas de Cima e Feia integram um sistema de drenagem que se destaca no Estado do Rio de Janeiro como o maior de água doce. Devido ao mau uso dos recursos nessa bacia de drenagem, ambas as lagoas apontam processos de eutrofização, assoreamento, redução do potencial pesqueiro, uma das atividades mais importantes na economia das comunidades ribeirinhas, e aterro nas margens, ressaltando-se que esse último impacto é mais intenso na lagoa Feia.

As comunidades dessas localidades são tipicamente de baixa renda e com baixo nível de instrução. Entretanto, estudos preliminares da percepção ambiental indicaram que são comunidades abertas a investimentos e carentes de orientação para que possam promover o uso adequado dos recursos e a revitalização da economia local, que se encontra ameaçada pela própria forma de apropriação do espaço e pelo declínio da economia açucareira na região.

O maciço da Pedra do Baú e o Pico da Pedra Lisa se destacam na paisagem de Campos dos Goytacazes como potenciais ao desenvolvimento do turismo rural, além de oferecerem condições ímpares para a prática de esportes radicais como escalada e vôo livre. Atualmente já podem ser observadas estruturas de hospedagem na região situadas no extremo norte do município, entretanto a localidade necessita de um programa específico de recuperação da paisagem através de reflorestamento. Essa localidade foi marcada, assim como todo o restante do território municipal, pelos ciclos econômicos nacionais do café, da cana-de-açúcar e mais recentemente da pecuária, o que resultou em uma paisagem caracterizada hoje pela cobertura de pastagens, com pequenos povoados que vivem do roçado ou trabalham em empregos rurais temporários (bóias-frias).

Esse município conta ainda com uma porção costeira, a localidade chamada de Farol de São Tomé, que é a principal área destinada ao turismo e que recebe os maiores investimentos para o desenvolvimento dessa atividade. Entretanto, destaca-se o processo de ocupação intenso e desordenado, resultante desses investimentos não planejados que acabam por produzir impactos negativos e consumidores do próprio recurso que fomenta a atividade turística, a paisagem.

Esse projeto segue em desenvolvimento e atualmente conta com seis licenciandos em Geografia que pesquisam as localidades citadas, além da localidade do entorno da Lagoa do Campelo – uma das últimas lagoas de tabuleiro do Estado do Rio de Janeiro – e ainda o potencial do legado cultural do município de Campos dos Goytacazes de modo a se promover o resgate histórico da cultura



Equipe de pesquisa:
Amanda Melo da Silva; Neusa Regina Barros, Bastos da Silva; Alcinéia de Freitas Cordeiro dos Santos, Ludmila Neves Haddad; Daniele Tavares Ribeiro, Ronaldo Guimarães Vicente Filho. Alunos de Iniciação Científica do Núcleo de Estudos Geográficos, e licenciandos em Geografia pelo Cefet/Campos.

O Município de Campos dos Goytacazes dispõe de paisagens que englobam montanhas com picos que chegam a alcançar cerca de 900m de altitude, além lagoas costeiras e de interior próprias para banho e outras atividades aquáticas.

regional e, com isso, revitalizar processos artesanais de produção de doces típicos, notadamente o churrisco. Os resultados esperados irão compor um diagnóstico do potencial desse município para o desenvolvimento de um programa engajado com a realidade das comunidades locais, voltado para o turismo ecológico e a promoção do desenvolvimento econômico local.



Foto 1: Vista da Lagoa de Cima – Localidade de Ibitioca – Distrito de Ibitioca – Município de Campos dos Goytacazes (RJ).



Foto 4: Vista do Maciço da Pedra do Baú e Pico da Pedra Lisa – Distrito de Tócos – Município de Campos dos Goytacazes (RJ).

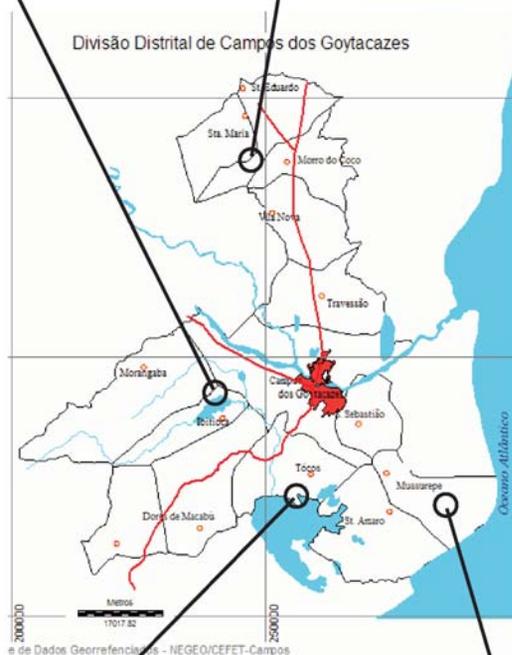


Foto 2: Vista do balneário da Lagoa Feia – Localidade de Ponta Grossa dos Fidalgos – Distrito de Tocos – Município de Campos dos Goytacazes (RJ).



Foto 4: Vista aérea da Região Costeira Localidade do Farol de São Tomé– Distrito de Muçurepe – Município de Campos dos Goytacazes (RJ).

Referências

RAMALHO, R.S. Análise Ambiental do Potencial Turístico do Maciço do Mendanha – Zona Oeste do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dissertação Aprovada Pelo Departamento de Geografia da UFRJ, 2000.
 BARRETO, M. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. Campinas, SP: Papirus

Ecoturismo em Unidades de Conservação Urbanas no Recife

BEZERRA, Anselmo C. V. ; FERRAZ, Elba M. N. ; BENTO, José S.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Palavras-chaves: Ecoturismo, Unidades de Conservação, Sustentabilidade.

Na história mundial, o estabelecimento de Unidades de Conservação (UC) coube principalmente à União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), assim como o papel de sistematizar e avaliar dados e experiências para proposição de diretrizes que auxiliassem os países a alcançar a conservação de sua biodiversidade. Segundo Brito (2001), em 1872 criou-se oficialmente a primeira unidade de conservação, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. O que motivou a criação das primeiras unidades em nível mundial foi a socialização do usufruto das belas paisagens cênicas.

No Brasil, o primeiro parque criado foi o de Itatiaia, em 1937, objetivando a conservação da paisagem ali presente. Conforme Brito (2001), a criação desse parque estaria relacionada com a sua proximidade da capital de São Paulo, oferecendo, portanto, aos cientistas e estudiosos, inesgotável potencial para as mais diversas pesquisas, além de oferecer um retiro ideal para a reconstituição física e psicológica após o trabalho exaustivo nas cidades. Outrossim, apresentaria fonte de satisfação a excursionistas e visitantes curiosos sobre os atrativos da natureza local. Esse comentário expressa grande parte dos ideais daqueles poucos que escrevem sobre áreas protegidas urbanas e suas potencialidades, incluindo-se aí o fator da educação ambiental, que talvez possua o papel mais importante na gestão dessas áreas. As UC urbanas, mesmo não concentrando uma grande diversidade biológica, pelo seu alto grau de fragmentação possuem relevante papel, especialmente no que diz respeito às atividades de lazer, educação e turismo.

Em cidades como Recife, onde o processo de urbanização se deu de forma desordenada, a tendência dos impactos negativos sobre os ecossistemas naturais é crescer ainda mais. A ausência de planejamento na formação da cidade acarreta problemas de drenagem, esgotamento sanitário, escassez de áreas verdes, construções de habitações em locais de risco, como encostas antes protegidas por vegetação, entre outros aspectos, fazendo da cidade mais um problema sem solução do que um espaço a ser pensado para o uso coletivo.

Diante dessa problemática, Recife ainda possui algumas áreas dignas de preservação e, por que não, da prática do turismo. São ambientes que se dividem em áreas de manguezal e de Mata Atlântica, muitas vezes apresentando alto grau de fragmentação e degradação. O Parque Estadual de Dois Irmãos é a unidade de conservação mais conhecida e visitada pela população local. Além dela, existem ainda 26 Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPA), tais como as Matas do Jardim Botânico, do Curado, do Engenho Uchoa, do Barro, consideradas

Anselmo C. V. Bezerra é tecnólogo em Sistema de Gestão Ambiental e Técnico em Turismo pelo Cefet/PE.

Elba M. N. Ferraz, é prof^a. Dra. do Curso de Tecnologia em Sistema de Gestão Ambiental – Cefet/PE

José S. Bento é prof. do mestrado do Curso de Tecnologia em Sistema de Gestão Ambiental – Cefet/PE.

Grupo de Pesquisa do CNPq: Ecologia e Gestão Sócio-Ambiental dos Ecossistemas Nordestinos



Fotos: Anselmo César Vasconcelos Bezerra

Parkia pendula, árvore símbolo da Mata Atlântica – Mata do Curado, Recife-PE



Expansão urbana na borda da Mata do Jardim Botânico, Recife-PE



Zona interna da Mata do Curado, área alagadiça mesclada com mata



Entrada da Mata do Jardim Botânico, Recife-PE

reservas ecológicas por lei estadual, e o Parque dos Manguezais que, segundo a Prefeitura do Recife, sustenta a maior área de manguezal do mundo em zona urbana, entre outras ZEPAs. Entretanto, ainda é incipiente a atividade turística nesses espaços, pois não há uma política concentrada em desenvolver o potencial dos parques urbanos no Recife. Muitos não dispõem de estrutura física para acolher visitantes e aqueles que a possuem não fazem uma divulgação para incluir essas UC em roteiros turísticos. Muitas vezes o turista não deseja apenas praias e roteiros culturais, cabendo aos órgãos planejadores dessas atividades incluírem em seus pontos de visitação, ambientes que, mesmo pressionados pela ação antrópica, ainda conservam belas paisagens e ecossistemas tão raros no ambiente urbano.

A falta de planejamento do turismo em consonância com a conservação ambiental só traz impactos negativos para o desenvolvimento local sustentável, uma vez que o potencial existe e o público também. Há exemplos positivos da prática do ecoturismo em UC urbanas.

Em Natal/RN, o Parque das Dunas conserva exuberantes espécies da fauna e flora locais, atraindo vários turistas por ano, assim como no Rio de Janeiro, onde milhares de turistas visitam o Parque Nacional da Tijuca, muitas vezes sem saber que estão dentro de uma unidade de conservação, mas em ambos os casos a geração de renda está associada à preservação desses lugares, pois sem a existência deles não seria possível a prática do ecoturismo.

Essa heterogeneidade mostra que o Recife se encontra em um estágio de desenvolvimento recente nessa atividade. Este é o momento para se introduzir uma política de âmbito nacional para o setor. Essa, para Carvalho (2004), deveria orientar os governos para a implantação de suas estratégias de regulamentação e controle, assim como orientar agências de fomento quanto à importância do ecoturismo para a conservação ambiental, uma vez que a prática está fundamentada na conscientização dos turistas sobre a necessidade da preservação dos espaços naturais, especialmente os localizados em áreas urbanas, ameaçados freqüentemente por diversos fatores.

As UC urbanas têm seu papel dentro do sistema nacional de áreas protegidas é de fundamental importância a visitação do público a essas áreas. Porém, segundo Bezerra (2005), em Recife, muitos moradores do entorno das áreas protegidas não as visitam, apresentando como justificativa o desconhecimento desses espaços, e também a precária infra-estrutura interna e de acesso, como na Mata do Jardim Botânico que já dispõe de uma estrutura para visitantes, todavia em mau estado de conservação. Portanto, para tornar a prática do ecoturismo possível no Recife, as UC devem ter o mínimo de estrutura para receberem visitantes, podendo adotar a cobrança de pequenas taxas para reverter em prol do desenvolvimento das unidades e da preservação dos ecossistemas nelas inseridos.

A educação ambiental, a recreação, o contato com a natureza dentro do ambiente urbano, assim como a proteção dos mananciais, o equilíbrio dos microclimas e a contenção de processos erosivos devem ser vistos como principais objetivos das UC urbanas. Para Menezes



Vista da Mata do Curado, Recife-PE

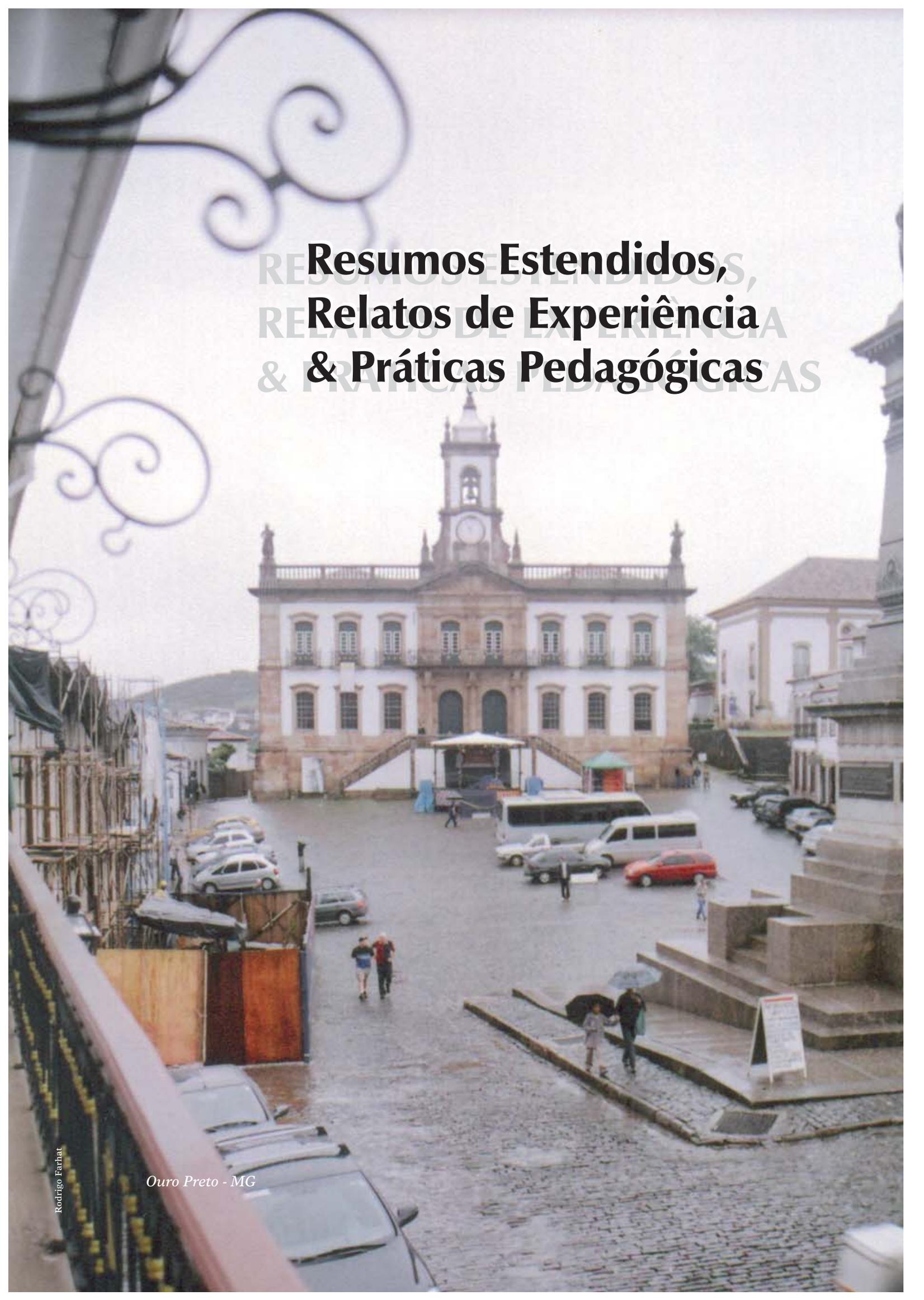
(2004), mesmo muito fragmentadas ou com tamanhos reduzidos e geralmente compostas por matas secundárias, todos esses processos listados seriam difíceis de serem atingidos, sendo assim, ocasionariam inúmeros impactos negativos às cidades que em sua maioria já são um bolsão de problemas, podendo piorar muito quanto mais escassas forem as áreas naturais protegidas.

A falta de uma política nacional e local clara para o desenvolvimento do setor, aliada à forma desorganizada e, muitas vezes, irresponsável com que as pessoas têm praticado o ecoturismo, têm motivado uma série de preocupações nos governos locais, nas organizações ambientalistas e nas comunidades anfitriãs. Cabe a exploração desses espaços de forma sustentável com vistas num desenvolvimento social e econômico harmonizado com as questões ambientais.

As UC do Recife deveriam funcionar como verdadeiras escolas a céu aberto, para alunos independentes de idade, pois a função de toda unidade de conservação urbana é, além de conservar o pouco que resta de sua biodiversidade, conscientizar os aproximadamente 175 milhões de brasileiros a tratar o meio ambiente como assunto sério. A continuar o ritmo atual de destruição e degradação dos recursos naturais, as futuras gerações não terão direito de desfrutar o verde que ainda resta nas cidades, e quem sabe um dia, nem mesmo nos pontos mais extremos do Brasil. A atividade turística apresenta-se como ferramenta nessa luta árdua. Se cada turista que visitar uma unidade de conservação urbana sair com a clareza da necessidade de se conservar essas paisagens, ao longo do tempo os resultados aparecerão, e todos vão entender por que é importante lutar pela manutenção desses espaços, por tudo que representam para a vida.

Referências

- BEZERRA, A. C. V. *Gestão de Unidades de Conservação Urbanas: um estudo sobre as Matas do Jardim Botânico e do Curado, Recife-PE*. Recife: Cefet/PE, 2005, 86p. Monografia (Curso de Tecnologia em Sistema de Gestão Ambiental).
- BRITO, M. C. W. de. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.
- CARVALHO, V. F. *Origem e Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ecoviagem.com.br/ecoartigos>>. Acesso em: 06 set. 2004.
- MENEZES, P. da C. *A natureza pode morar na cidade?* Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/opiniao/artigo_detail.html>. Acesso em: 05 out. 2004.



**Resumos Estendidos,
Relatos de Experiência
& Práticas Pedagógicas**

Educação Ambiental e Turismo Cultural: as Festas Religiosas em Poconé

SILVA PINTO, Lina Márcia C.; BORDEST, Suíse M. L
Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso

Esse trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em Educação e Meio Ambiente, tendo como eixo a relação entre a educação ambiental e as festas religiosas, considerando as manifestações culturais presentes nesse contexto. Tendo como base o entendimento de que a questão ambiental deve ser um dos temas que integram o processo educacional, tanto no espaço escolarizado quanto no espaço não escolarizado, esse trabalho parte do pressuposto de que as festas religiosas podem se consistir em mais um relevante instrumento para a compreensão do ambiente.

Para Sato i Carvalho (2005, p.25), o ambiente pode ser visto como um meio de vida, no qual podemos conhecer “suas dimensões históricas, culturais, econômicas, etc.” Para isso, a corrente humanista oferece o referencial teórico da educação ambiental, que aborda aspectos da dimensão humana do meio ambiente, procurando firmar um diálogo entre a realidade cultural observada e a Educação Ambiental. O cenário das festas religiosas tradicionais do **Divino Espírito Santo e de São Benedito** foi selecionado para este estudo considerando o seu nível de importância para a comunidade local.

Segundo descrições feitas por Abdalla (2001), a paisagem onde são realizados os festejos é a cidade Poconé, cujo nome é uma forma simplificada de “beripoconé” — índios pertencentes à grande família Bororo, que foram os primeiros habitantes do lugar. A cidade está localizada na região Centro-Oeste, no Estado de Mato Grosso, sendo considerada um dos lugares históricos na região do Pantanal onde é possível conhecer e vivenciar aspectos da cultura pantaneira. O objetivo desse estudo é possibilitar um diálogo entre cultura e educação ambiental, com a finalidade de evidenciar os elementos da tradição cultural que simbolizam a realidade.

Com base em Geertz (1989), pode-se perceber que a cultura do povo pantaneiro-poconeano designa um sistema de significados, que estão demonstrados na forma de símbolos que são sendo conservados de uma geração para outra, e dessa forma influenciam o desenvolvimento de conhecimentos e suas atividades relacionadas à vida. Acredita-se que estudar a cultura de um povo significa procurar conhecer, nas particularidades da vida, seus traços de identidade regional. Cantos, danças, festas, artesanato, gastronomia, mobília, sotaques, mitos, noite da iluminação, cavallhada entre tantas outras formas de expressão que são ensinadas de uma geração para outra, favorecem que a regionalidade se mantenha ao longo do tempo.

Para Arantes (2004), a cultura se constitui num constante processo transformação, em que objetos, gestos, palavras, movimentos, características plásticas ganham novos significados no momento em que se altera o contexto. Nesses tempos de globalização, nos quais os meios de comunicação proporcionam um mundo onde não existem fronteiras, as pessoas estão mudando seus hábitos e valores para modelos importados, perdendo assim a identidade regional. No discurso da globalização, as especificidades tendem a ser aniquiladas, transformando o mundo num

Noite de iluminação é um momento das festas do Divino Espírito Santo e de São Benedito, onde uma grande estrutura feita de taquara, é construída na frente da igreja Matriz para ser iluminada com luminárias artesanais confeccionadas com barro, pavio de algodão e sebo — uma espécie de gordura animal.

Fotos: Lina Márcia de Carvalho



Noite da iluminação na festa do Divino Espírito Santo, na Igreja Nossa Senhora do Rosário



Noite da iluminação na festa de São Benedito, na Igreja Nossa Senhora do Rosário

Beripoconé é o nome do grupo indígena que foram os primeiros habitantes de Poconé. Rondon (1982, p.43), refere-se aos “Beripoconés, índios inteligentes da grande família Bororo.”



Saída dos festeiros da igreja de São Benedito, para o tradicional Chá-co-bolo na casa da festa



Casa das festas do Divino Espírito Santo e de São Benedito

modelo padronizado. Nas festas religiosas de tradição é possível conhecer e vivenciar diversos elementos da cultura regional. Acredita-se que a Educação Ambiental seja um instrumento que consegue transitar no espaço escolarizado, e uma possibilidade no espaço não escolarizado do turismo cultural, a fim de manter a identidade regional.

Conforme Sato et al., 2002, o desafio da educação ambiental é ensinar a respeitar as diferenças, porque a maior beleza que podemos ver na terra ainda está na diversidade de todos os seus componentes. Para o presente estudo, adotou-se o método de pesquisa qualitativa na abordagem fenomenológica, visando a perceber no comportamento dos sujeitos o significado de suas ações individuais e seus processos sociais. As informações foram coletadas nos documentos das irmandades religiosas, na observação direta de todos os atos que antecedem e constituem a festa e que no presente caso aconteceram no período de maio a junho de 2005, nas entrevistas sem-estruturadas realizadas na residência de alguns sujeitos e de forma livre e informal durante as festas.

A forma de registro escolhida foi o diário de campo, a fotografia e filmagem. Após a completa coleta de materiais os dados serão analisados, organizados, classificados e devidamente interpretados. Os resultados preliminares indicam a necessidade de pensar a prática da educação ambiental no espaço não escolarizado, que é onde a cultura popular acontece. Observa-se que, por meio da educação ambiental, os elementos da cultura popular presentes nas festas religiosas podem ser re-significados, no sentido de sensibilizar a comunidade local para uma maior valorização e conservação de sua memória.

Sabe-se que o turismo é uma atividade que integra o sistema global e, ainda, que estudos realizados pela Organização Mundial do Turismo apontam para o crescimento da atividade em regiões privilegiadas por suas belezas naturais, como é o caso do pantanal mato-grossense. Essa realidade leva a considerar que a Educação Ambiental no espaço não escolarizado das festas de tradição pode oportunizar a compreensão sobre o significado de se conservar a identidade local, como forma de atratividade para o turista que procura conhecer o novo, o diferente, o exótico, a alma do lugar. Percebe-se que a modalidade de turismo em áreas naturais que vem sendo desenvolvido no pantanal mato-grossense, tem proporcionado poucas contribuições para a economia de Poconé. Acredita-se que o turismo cultural seja o caminho para a valorização do patrimônio cultural e incremento da economia local. Porém, pondera-se sobre a necessidade de os responsáveis pela manutenção desse elemento da cultura regional avaliarem as reais contribuições que o desenvolvimento do turismo cultural pode trazer para o pantaneiro-poconeano.

Referências

- ABDALLA, S. M. de. Um olhar sobre o legado Cultural de Poconé-MT: Um diferencial à atividade turística do Município. Cuiabá: Faculdades Integradas Cândidas Rondon. Monografia do Curso de Turismo, 2001.
- ARANTES, A. A. O que é cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- SATO, M.; BORDEST, S. M. L.; MELO, J. C. Conhecendo Mimoso pelas Mãos da Educação Ambiental. In SATO, M. (coord.) Sentidos Pantaneiros: Movimentos do Projeto Mimoso. Cuiabá: KCM, 2002
- SATO, M.; CARVALHO, I. C. de M. (organizadoras). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

A Construção de um Novo Território em Pipa

ARAÚJO, Maria Cristina C.

Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

O presente relato tem como objetivo fazer algumas reflexões acerca das mudanças sócio-espaciais que ocorreram na Praia da Pipa/RN, decorrentes da expansão da atividade turística, e seus reflexos no território. Reporta à nova territorialidade que emergiu com a expansão da atividade turística para o litoral norte-rio-grandense, atraída pelo binômio sol e mar, que fez convergir para essa área produtores e consumidores não apenas locais, mas também regionais, nacionais e internacionais.

Do ponto de vista social, a população nativa vem sendo expropriada de seus espaços, da sua cultura, das suas tradições e até mesmo do mercado de trabalho, o que vem provocando um processo de desterritorialização e o surgimento de novas territorialidades, marcadas pela atividade turística. A expansão da atividade turística em Pipa/RN, a partir de 1970, tem provocado um processo de construção de um novo território – o território turístico –, que se reflete dialeticamente através do surgimento de um novo cenário sócio-espacial constituído de formas e imagens expressas materialmente no lugar.

O processo de desterritorialização, como pontuou Corrêa (1994, p. 252) define “[...] a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”. É assim que vêm se processando os usos da natureza na Praia da Pipa. Ontem, o mar era lugar de trabalho, era meio de subsistência. A praia servia para os nativos fazerem brincadeiras, contar “causos”, aguçar a veia artística, sem a preocupação de parecer belo, de se “mostrar” para outros. Era brincadeira, era festa. Hoje, literalmente, o “mar não está para peixe”. É lugar do surfe, do jet-ski, dos passeios de barcos (lotados de turistas), do banho de mar do “gringo”, do turista, dos que “vêm de fora”, do contemplar. Nas falésias, pratica-se o rapell. A natureza é maquiada, transformada e degradada para dar lugar a um novo território, o território turístico.

Configura-se, assim, a formação de uma “nova territorialidade” que, para Andrade (1998, p.45), significa um conjunto de novas “[...] práticas e expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social”. A presença de hotéis, pousadas, shopping, boates, bares e restaurantes ao longo da orla, na avenida principal, nas bordas das falésias, no chapadão, na “mata” e em todos os recantos de Pipa põe em evidência o processo de construção de uma nova territorialidade nesse lugar.

Como afirmou Santos (1994, p.17), “[...] a história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno [...]”, e a Praia da Pipa se enquadra nessa afirmação, uma vez que a expansão do turismo provocou uma ruptura nesse lugar, onde podemos observar um processo de transformação, subordinado à lógica da atividade turística, em que esse, núcleo urbano se desenvolve em função do consumo das paisagens e lazer, que faz emergir um novo modo de vida urbano, novas paisagens e, por conseguinte, um novo território – o território turístico – marcado pela descaracterização do lugar.

Maria Cristina C. Araújo é licenciada em Geografia; mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN; professora do Curso de Licenciatura em Geografia do Cefet/RN.



Fotos: Maria Cristina Cavalcanti

Os novos cenários se (com)fundem: ambulantes, barraqueiros, turistas e veranistas ocupam a orla da Pipa/RN



Referências

- ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. et al. (Org.). Território: globalização e fragmentação. 4 ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1998.
- ARAÚJO, M. C. C.; OLIVEIRA, M. S. de. Políticas públicas e turismo: uma breve reflexão sobre os megaprojetos turísticos e Prodetur/RN. EREG – Encontro Regional de Estudos Geográficos, UFRN, 2001. Versão em CD-ROM.
- CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. de C. A. da (Org.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. Técnica espaço e tempo: globalização e meio técnico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). Território: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1998.

Desenvolvimento Local: O Turismo na Vila de São Jorge e Parque Nacional Chapada dos Veadeiros

CARVALHO, Gisélia L
Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás

Gisélia L. Carvalho é graduada e mestre em Geografia pela UFG e professora dos cursos superiores de Tecnologia em Gestão Turística e Hoteleira do Cefet/GO.

Por ser a Vila de São Jorge a sede da entrada do PNCV, o fluxo de turistas, vindos, sobretudo de Brasília, prefere se estabelecer nela.

É interessante que as visitas sejam feitas sempre com o amparo de disciplinas afins, mesmo que surja da decisão de um só professor. Nesse caso específico, havia professores de Planejamento Turístico, de Geografia Turística, de Meio Ambiente, de Teoria e Técnica Profissional de Guia de Turismo. Aos professores envolvidos, o nosso agradecimento.

Viajar sempre foi entendido como uma possibilidade de aprendizado e experiência. Assim, é comum, nos cursos de turismo, a realização de atividades de campo. A visita técnica é uma das formas de pôr essa tendência em prática, já que contempla o lado empírico dos conteúdos. Enquanto futuros profissionais, os alunos necessitam vivenciar rotinas do fluxo turístico em municípios com efetivo potencial, com infra-estrutura básica e turística, o que os colocará em contato com experiências que lhes dão a possibilidade de se reconhecerem como sujeitos-profissionais, sujeitos-turistas, sujeitos-moradores locais. Esse último aspecto, em especial, sempre teve, para nós, a mesma importância que a preocupação mais comum dos estudantes: a de, simplesmente, compreenderem o universo do turista. É por isso que, freqüentemente são planejadas visitas com a finalidade de proporcionar um aprendizado socialmente responsável para o estudante de Turismo do Cefet/GO. Considerando a relevância do tema, o presente texto corresponde ao relato da prática de uma das viagens promovidas pela instituição para a Vila de São Jorge e o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros/PNCV, no município de Alto Paraíso de Goiás.

A atividade consiste em diversas etapas, envolvendo disciplinas com conhecimentos técnicos, científicos e humanísticos. Assim, em sala de aula, somadas às leituras operacionais, fizeram-se necessárias aquelas sobre os impactos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos do turismo, assim como outras ligadas diretamente aos temas da inclusão, da responsabilidade social e do desenvolvimento local. É importante que a viagem seja planejada e executada pelos alunos com o auxílio do professor e envolva a determinação de etapas a serem realizadas antes, durante e depois dela. Ressalta-se que o objetivo dessa viagem não pode ser somente chegar ao núcleo receptor (NR), mas todas as fases devem ser aproveitadas ao máximo. Assim, a turma foi dividida em seis equipes que pensaram a programação, dispostas da seguinte forma, com as respectivas tarefas: organização: elaboração de lista de passageiros, controle de entrada e saída, apresentação e boas-vindas aos passageiros; serviço de bordo: pesquisa de preço, escolha da alimentação adequada,

compra e execução do serviço dentro do ônibus; entretenimento: seleção das atividades e do horário para realizá-las, considerando o perfil do grupo; cidades turísticas: elaboração de um roteiro de viagem com informações histórico-geográficas, culturais e econômicas; planejamento das atividades no NR: programação das atividades a serem desenvolvidas, relacionando-as às disciplinas, à dinâmica do fim de semana, à visita aos atrativos e à escolha dos guias de turismo; hospedagem e alimentação: contato prévio, a partir de pesquisas de preço e qualidade.

No NR foi realizado um encontro com moradores locais, empresários, guias de turismo, turistas etc. e também uma exposição de temas pelos professores. Na visita ao parque, um funcionário do Ibama foi convidado para fazer uma palestra sobre a organização da unidade, antes da realização das trilhas interpretativas conduzidas por guias locais. Além disso, foi reservado um tempo para que os alunos visitassem os equipamentos e observassem a rotina da localidade turística.

Para facilitar a observação, foram traçados dois roteiros. No primeiro, seriam observados: a diversificação dos equipamentos turísticos e de apoio; o atendimento ao turista pela comunidade local; a sinalização urbana e turística; a dinâmica da localidade. No segundo, os alunos deveriam ficar atentos às seguintes questões: como são tomadas as decisões sobre o turismo em São Jorge e no PNCV? A população participa do planejamento e da execução do turismo? Os lucros do turismo são repassados para a comunidade local? Que ganhos (de ordem social, política, ambiental e cultural) as pessoas de baixa renda estão tendo com a atividade turística? Há incentivos do governo para a comunidade local implantar empreendimentos do mesmo modo que para investidores externos? Como se concilia a rotina das famílias — envolvidas ou não com o turismo — com a chegada dos turistas na vila? Como as crianças lidam com a atividade turística e com as questões ambientais e culturais? O turismo tem sido a alternativa mais interessante para o lugar? O modelo adotado tem como meta a sustentabilidade como um todo? O que falta para que o turismo alcance essa meta e garanta o desenvolvimento local?

No retorno, atividades de avaliação, sob a forma de relatórios e artigos, foram elaboradas, na tentativa de absorver as impressões dos alunos. No geral, o fator mais importante a aludir talvez seja o legado da experiência antropológica que os estudantes passam a carregar consigo e o grau de maturidade alcançado, em curto tempo, como desdobramento da prática do encontro com realidades de outros povos e lugares.



Foto: Juliana Gonçalves

Paisagens naturais do “Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO”



Paisagens naturais do “Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO”



Pousada no Camping “Quarto Crescente”, na Vila de São Jorge durante visita técnica do Cefet/GO.



Alunos do curso de Gestão Turística do Cefet/GO na entrada do “Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO”.



Vista para um atrativo dentro do “Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO”.



Alunos dentro do “Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO” durante visita técnica do Cefet/GO.

Diagnóstico Turístico do Município de Guamaré

FORNARI, Ivanna S; TORRES, Kátia; TRIGUEIRO, Adilmar S.; REGO, Andressa A. F; OLIVEIRA, Daniele N.; MELO, Felipe M de; MOURA, Jairo S.; TEIXEIRA, Luciane de L.

Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

O turismo é uma atividade de extrema relevância para o desenvolvimento socioeconômico em nível mundial. A atividade turística promove a redistribuição espacial de renda, gerando a entrada de capital estrangeiro. A inserção de capital via turismo na economia ocasiona a geração de emprego e renda direta e indiretamente, através de outros segmentos que interagem com o turismo.

O Rio Grande do Norte está vivenciando um grande momento de expansão do seu mercado turístico, o que vem favorecendo a economia do estado. Isso se deve à implantação da variedade de seus produtos e a criação de roteiros turísticos em cidades antes não exploradas, mas que possuem muitos atrativos naturais e culturais, e à viabilização de obras de infra-estrutura e de capacitação profissional.

Os investimentos em turismo no estado do Rio Grande do Norte não cessam e a tendência é que cresçam mais a cada ano. O resultado dessa expansão é constatado no crescente fluxo de turistas ao estado. Entretanto, o turismo tem, além dos fatores positivos, como a geração de empregos e renda, fatores negativos – como o efeito inflacionário e a exploração desregulada e insensata dos recursos naturais – provocados pela falta de planejamento, que ocasionam a saturação do destino turístico e a queda na preferência dos turistas.

A estabilidade de uma localidade turística só pode ser mantida ante um planejamento minucioso da implantação e do desenvolvimento sustentável do turismo. Mas, para que se possa discernir de forma correta, faz-se necessária uma análise interna da localidade e a observação crítica dos pontos fortes e fracos, o que caracteriza um diagnóstico turístico.

Frente a essa realidade, a Secretaria de Turismo do Município de Guamaré propôs uma parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte para a realização de um diagnóstico turístico do município. Através do Curso Técnico de Turismo, vinculado à Gerência de Serviços e da Gestão, as professoras Ivanna Schenkel Fornari e Kátia Torres coordenaram o projeto, cuja equipe técnica era formada por seis alunos do curso técnico de Turismo. O diagnóstico turístico realizado contemplou o município de Guamaré, localizado no Estado do Rio Grande do Norte, integrante do Pólo Costa Branca, e teve por finalidade servir como base para a satisfatória implantação e desenvolvimento de atividades turísticas, sendo também um documento com informações atualizadas acerca do município.

O objetivo geral proposto foi a elaboração do diagnóstico turístico do município de Guamaré, a fim de possibilitar o conhecimento de suas potencialidades e facilitar o desenvolvimento sócio-econômico através da atividade turística, contribuindo para o processo de desenvolvi-

Fotos: Secretaria de Turismo de Guamaré



Guamaré- Vista Aérea



Polo Petroquímico

to da localidade. Para atingir tal objetivo, foi necessário identificar as potencialidades sócio-econômicas, ambientais e culturais da localidade; analisar a infra-estrutura física, turística e de apoio da localidade; e diagnosticar as potencialidades turísticas do município, considerando o desenvolvimento do turismo sustentável.

A metodologia adotada para atender o objetivo proposto, que era identificar as potencialidades sócio-econômicas, ambientais e culturais da localidade, através da realização do inventário turístico, promoveu o levantamento de dados primários e secundários, a partir de entrevistas feitas pessoalmente por membros da equipe, utilizando-se de questionário próprio. Para isso, foi necessária a participação da comunidade, que forneceu informações sobre o município, e a realização de análises de campo. Através de visitas de campo foi possível a elaboração do relatório, utilizando o formulário de inventário turístico proposto pela Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte. Além disso, as etapas constaram de atividade direta de campo, realizando o registro fotográfico do local, aplicação de questionários, entrevistas e pesquisa documental.

A análise da infra-estrutura física, turística e de apoio das localidades, através do inventário turístico, possibilitou diagnosticar tanto a infra-estrutura existente quanto necessária para o desenvolvimento do turismo, os equipamentos e serviços relacionados às diversas atividades. Foram diagnosticadas as potencialidades turísticas do município, considerando o desenvolvimento do turismo sustentável, buscando estabelecer uma dinâmica simples e objetiva para a apresentação de diversas interpretações de caráter científico, que possam servir, conjugadas com as visões pública e popular do turismo, de fontes de informação e referência que propiciem um entendimento mais fácil, mais compreensível e mais produtivo para o desenvolvimento organizado do turismo no município, visando a definir locais e roteiros turísticos na região e relacionar parceiros potenciais para divulgar o turismo na localidade.

O período de realização do diagnóstico foi entre os meses de abril e julho de 2005. A Secretaria Municipal de Turismo arcou com os custos de transporte, alimentação e hospedagem das da equipe. É unânime que essa foi uma experiência muito produtiva, tanto para o Cefet/RN, quanto para alunos e professores, assim como para o município. Foi principalmente, um exemplo de iniciativa da Secretaria de Turismo de Guamaré, em busca de parcerias com instituições de ensino para a elaboração de projetos e relatórios.



Representacao da Paixão de Cristo



Dunas



Dunas



Rio Miassaba

Contatos

AL

NECESSIDADES FORMATIVAS
DO TÉCNICO EM TURISMO
Adriana Paula Quixabeira Rosa e Silva Oliveira Santos
apquixabeira@terra.com.br

Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas
Unidade Descentralizada de Marechal Deodoro
Rua da Matança, 176 - Poeira
Marechal Deodoro/AL CEP: 57160-000
Telefone: 82 263-1400 / 263-1411
Fax: 82 263-1400
E-mail: unedmd@cefet-al.br Home Page: www.cefet-md.br

BA

UMA PROPOSTA DE HOTEL-ESCOLA
Pedro Laurentino Pinheiro dos Santos
pedrolaurentino@cefetba.br
Biagio Mauricio Avena
bmavena@cefetba.br

Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
Rua Emídio dos Santos, s/nº - Barbalho
Salvador/BA CEP: 40310-015
Telefone: 71 2102-9471
Fax: 71 2102-9464
E-mail: gabinete@cefetba.br Home Page: www.cefetba.br

GO

PARQUES NACIONAIS:
ELEMENTOS PARA UM TURISMO DESEJÁVEL
Clarinda Aparecida da Silva
cas@cefetgo.br

DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O TURISMO NA VILA DE SÃO JORGE
E PARQUE NACIONAL CHAPADA DOS VEADEIROS
Gisélia L Carvalho
glc@cefetgo.br

Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
Rua 75, Nº 46- Setor Central
Goiânia/GO CEP: 74055-110
Telefone: 62 212-5050
Fax: 62 213-1451
E-mail: info@cefetgo.br Home Page: www.cefetgo.br

MT

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO CULTURAL:
AS FESTAS RELIGIOSAS EM POCONÉ
Lina Márcia de Carvalho da Silva Pinto
linacsp@terra.com.br
Suíse Monteiro Leon Bordest
bordes@yahoo.com.br

Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso
Rua Professora Zulmira Canavarros, 95- Centro
Cuiabá -MT CEP: 78005-390
Telefone: 65 314-3500
Fax: 65 322-6539
E-mail: gabinete@cefetmt.br Home Page: www.cefetmt.br

PE

ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
URBANAS NO RECIFE
Anselmo César Vasconcelos Bezerra
anselmo_cesar@yahoo.com.br
Elba Maria Nogueira Ferraz
eferraz@elogica.com.br
José Severino Bento da Silva
jb_bento@hotmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Av. Prof. Luiz Freire, 500- Curado
Recife/PE CEP: 50740-540
Telefone: 81 2125-1607 21251610
Fax: 81 2125-1674
E-mail: gd@cefetpe.br Home Page: www.cefetpe.br

PR

ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL
Adriana Mariano de Brito
adrianabrito07@gmail.com
Antoninho Caron
caron@brturbo.com.br
Décio Estevão do Nascimento
decioen@cefetpr.br

Universidade Federal Tecnológica do Paraná
Campus Curitiba
Av. Sete de Setembro, 3165- Rebouças
Curitiba/PR CEP: 80230-901
Telefone: 41 310-4545
Fax: 41 310-4432
E-mail: gadir@cefetpr.br Home Page: www.cefetpr.br

RJ

TURISMO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – UMA
SAÍDA EOCONÔMICA ECOLOGICAMENTE
SUSTENTÁVEL

Roberta de S. Ramalho
roberta@cefetcampos.br; negeo@cefetcampos.br

Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos
Rua Doutor Siqueira, 273- Parque Dom Bosco
Campos dos Goytacazes/RJ CEP: 28030-130
Telefone: 22 2733-3244 / 2733-3255
Fax: 22 2733-3079

E-mail: webmaster@cefetcampos.br
Home Page: www.cefetcampos.br

RN

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO TERRITÓRIO EM
PIPA: DE PESQUEIRO À TURÍSTICO.

Maria Cristina Cavalcanti Araújo
mariacristina@cefetrn.br; criscavalcanti@digizap.com.br

DIAGNÓSTICO TURÍSTICO
DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ

Ivanna Schenkel Fornari
ivannaforanari@cefetrn.br

Kátia Torres

Adilmar da Silva Trigueiro,
Andressa Aryane Figueiredo Rego
Daniele do Nascimento Oliveira
Felipe Morais de Melo
Jairo de Souza Moura
Luciane de Lira Teixeira

Centro Federal de Educação Tecnológica do
Rio Grande do Norte
Av. Senador Salgado Filho, 1559- Tirol
Natal /RN CEP: 59015-000
Telefone: 84 4005-2600 /40052636
Fax: 84 4005-9728
E-mail: gabinete@cefetrn.br Home Page: www.cefetrn.br

SC

TURISMO RESPONSÁVEL
E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ângela Faria Brognoli
angela@cefetsc.edu.br

Cláudia Hickenbick
claudia@cefetsc.edu.br

Daniela de Carvalho Carrelas
carvalho@cefetsc.edu.br

Fátima Regina Teixeira
fatima@cefetsc.edu.br

Telma Pires Pacheco Amorim
tamorim@cefetsc.edu.br

Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Av. Mauro Ramos, 950- Centro
Florianópolis/SC CEP: 88102-900
Telefone: 48 221-0502
Fax: 48 224-0727
E-mail: direcao@cefetsac.edu.br
Home Page: www.cefetsc.edu.br



Cimara Barbosa

*Cidade de Pedra,
Chapada dos Guimarães/MT*